



Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Ciências Sociais
Curso de Ciências Sociais – Bacharelado

Jorge Luiz de Oliveira do Amaral

Processos de globalização e precariedade do trabalho:
O caso Arroio do Só – Distrito de Santa Maria – RS

Santa Maria, RS

2018

Jorge Luiz de Oliveira do Amaral

Processos de globalização e precariedade do trabalho:

O caso Arroio do Só – Distrito de Santa Maria – RS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Sociais Bacharelado da Universidade Federal de Santa Maria, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Laura Senna Ferreira

Santa Maria, RS

2018

Jorge Luiz de Oliveira do Amaral

Processos de globalização e precariedade do trabalho:

O caso Arroio do Só – Distrito de Santa Maria – RS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Sociais Bacharelado da Universidade Federal de Santa Maria, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Aprovado em _____ de 2018

Profa. Laura Senna Ferreira, Dra. (UFSM)

Presidente/orientadora

Prof. Dr. Everton Lazzaretti Piccolotto (UFSM)

Prof. Dr. Marcos Botton Piccin (UFSM)

Santa Maria, RS

2018

AGRADECIMENTOS

Neste espaço tenho a oportunidade de agradecer as pessoas que de alguma forma contribuíram para minha formação. O objetivo alcançado é fruto de um trabalho coletivo de ideias, pessoas, sociedade, instituições e entidades.

Portanto, em primeiro lugar agradeço a minha mãe; Carmelina de Oliveira do qual tenho orgulho de ser filho e um privilégio de tê-la ao meu lado como minha companheira frente às várias dificuldades e adversidades que passamos juntos, mas no qual fomos vencedores. Muito Obrigado Meu Eterno Amor!

Agradeço a família, essencialmente as minhas duas preciosas filhas; Luize da Rocha do Amaral e Nicolle da Rocha do Amaral que são alegria da minha vida e fontes de inspiração. Muito obrigado a minha esposa Leticia da Rocha do Amaral pelo carinho, companheirismo e dedicação.

Agradeço ao “Grupo Carneirinho” que após vários anos de vôlei e churrascos, nos tornamos amigos, compadres e companheiros de férias inesquecíveis; Nélsie, Soraia, Carluza, Roni, Phillip, Miranda.

Agradeço a Universidade Federal de Santa Maria pela oportunidade de compartilhar experiências por meio do ensino, pesquisa e extensão, práticas de aprendizagem que desenvolveram meus pensamentos e ideias.

Agradeço essencialmente a professora e orientadora Laura Senna Ferreira que além de ajudar na concretização do TCC do Curso de Ciências Sociais Bacharelado demonstrou-se sensível e compreensível as minhas dificuldades.

Meu agradecimento à comunidade do Arroio do Só, especialmente aquelas pessoas que contribuíram diretamente neste trabalho e aos demais que me receberam de forma cortês, expondo suas dificuldades, angústias, sonhos, experiências e vida para que fosse possível este trabalho de conclusão.

RESUMO

PROCESSOS DE GLOBALIZAÇÃO E PRECARIIDADE DO TRABALHO: O CASO ARROIO DO SÓ – DISTRITO DE SANTA MARIA – RS

AUTOR: Jorge Luiz de Oliveira do Amaral
ORIENTADORA: Profa. Laura Senna Ferreira, Dra. (UFSM)

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo analisar a relação entre mundialização e territorialidade, observando o atual momento social, econômico e político do Distrito do Arroio do Só – 5º Distrito de Santa Maria/RS, localizado no extremo leste da cidade, distante 36 km do centro. A partir do local foi analisada a relação entre os processos de globalização e de precariedade nas relações de trabalho como forma de exclusão social. Em termos metodológicos, a investigação se baseou em observação direta, pesquisa documental e entrevistas. Foram considerados fatos históricos referentes a localidade desde sua ocupação, passando por grupos étnicos responsáveis pela sua colonização até as atividades econômicas, sociais e políticas desenvolvidas no Distrito no presente momento. O auge do povoamento e desenvolvimento do Distrito foi o período de 1930 a 1950. Ao longo dos anos este desenvolvimento foi se reduzindo, chegando à estagnação na qual se encontra hoje, deixando os moradores esperançosos com a volta da prosperidade e desenvolvimento do Distrito. Vários fatores podem ter contribuído para o despovoamento, exclusão, desemprego, precariedade do trabalho, abandono e fechamento de fábricas e indústrias da região. O movimento neoliberal e a globalização chegaram no Distrito, impactando em três diferentes formas: a crise do setor couro calçadista na década de noventa, a passagem das vias férreas para iniciativa privada e o processo de modernização e mecanização das atividades do campo. Passado o primeiro momento dos efeitos da globalização e do movimento neoliberal, o que restou foram poucos moradores capazes de enfrentar as adversidades, exclusão e abandono do poder público quanto aos serviços públicos, desemprego, precariedade nas relações de trabalho e diminuição das relações de sociabilidade e convivência interpessoais entre os moradores do Distrito.

Palavras-chave: Exclusão social, Globalização e Precariedade nas relações de trabalho.

ABSTRACT

PROCESSES OF GLOBALIZATION AND PRECARIOUSNESS OF WORK: THE CASE ARROIO DO SÓ - DISTRICT OF SANTA MARIA - RS

AUTHOR: Jorge Luiz de Oliveira do Amaral
ADVISOR: Profa. Laura Senna Ferreira, Dra. (UFSM)

This Course Conclusion, aims to analyze the relationship between globalization and territoriality, observing the current social, economic and political moment of the District of Arroio do Só - 5th District of Santa Maria / RS, located in the far east of the city, distant 36 km from the center. From the place was analyzed the relation between the processes of globalization and of precariousness in the labor relations and as form of social exclusion. In methodological terms, the research was based on direct observation, documentary research and interviews. Historical facts referring to the locality from its occupation, being considered by ethnic groups responsible for its colonization until the economic, social and political activities developed in the District in the present moment were considered historical facts. The peak of settlement and development of the District was the period from 1930 to 1950. Over the years this development has been reduced, reaching the stagnation in which it is today, leaving the residents hopeful with the return of the prosperity and development of the District. Several factors may have contributed to depopulation, exclusion, unemployment, precarious work, abandonment and closure of factories and industries in the region. The neoliberal movement and globalization arrived in the District, impacting in three different ways: the crisis of the footwear sector in the nineties, the passage of the railroads to private initiative and the process of modernization and mechanization of the activities of the field. After the first moment of the effects of globalization and the neoliberal movement, what remained there were few residents able to face the adversities, exclusion and abandonment of the public power as to the public services, unemployment, precariousness in the labor relations and diminished relations of sociability and interpersonal coexistence among the residents of the District. We will cite as one of the causes to the social exclusion of the district.

Keywords: Social exclusion; Globalization; Precariousness of work.

LISTA DE FOTOS

- Foto 01 - Estação ferroviária do Arroio do Só
- Foto 02 - CTG Vitório Mário
- Foto 03 - CTG Vitório Mário
- Foto 04 - E.E.E.M. Princesa Isabel
- Foto 05 - E.E.E.M. Princesa Isabel
- Foto 06 - Antiga sede da Firma Irmãos Trevisan Limitada
- Foto 07 - Antigo engenho de arroz, moinho de trigo e milho, serraria, ferragem, usina de luz e força, casa comercial bem sortida
- Foto 08 - Antiga sede da Fábrica Móveis Tronco
- Foto 09 - Atual sede da Fábrica de Móveis Tronco
- Foto 10 - Atual sede da Fábrica de Móveis Tronco
- Foto 11 - Capela São João Batista
- Foto 12 - Abajur de porongo
- Foto 13 - Casa de passarinho
- Foto 14 - Propriedade Rural de 62 hectares
- Foto 15 - Propriedade Rural de 62 hectares
- Foto 16 - Propriedade Rural de 62 hectares
- Foto 17 - Propriedade Rural de 62 hectares
- Foto 18 - Propriedade Rural de 62 hectares
- Foto 19 - Propriedade Rural de 62 hectares
- Foto 20 - Propriedade Rural de 62 hectares, açude para Irrigação e para criação de peixes
- Foto 21 - MES Suportes – Indústria de suportes galvanizados para cuias
- Foto 22 - Instalações da fábrica, dependências internas
- Foto 23 - Instalações da fábrica, máquina de metalização
- Foto 24 - Bojos para bombas
- Foto 25 - Suportes para cuias
- Foto 26 - Hastes para Bombas de Cuias
- Foto 27 - Bombas mais elaboradas
- Foto 28 - Bombas simples

ABREVIATURAS E SIGLAS

- 01 - IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- 02 – JK – Juscelino Kubitschek
- 03 – FHC – Fernando Henrique Cardoso
- 04 – RFFSA – Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima
- 05 – PDV – Programa de Demissão Voluntária
- 06 – ALL – América Latina Logística
- 07 - ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres
- 08 – CTG – Centro de Tradições Gaúchas
- 09 – CRE – Coordenadoria Regional de Educação
- 10 – EUA – Estados Unidos da América
- 11 – EMATER – Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
- 12 – SMDR – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural
- 13 – PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
- 14 – EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- 15 - INSS – Instituto Nacional da Seguro Social
- 16 – INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Sumário

INTRODUÇÃO.....	10
METODOLOGIA.....	10
Capítulo 1 - ELEMENTOS DA HISTÓRIA E DO PERFIL SÓCIO ECONÔMICO DO DISTRITO DE ARROIO DO SÓ	12
1.1. LOCALIZAÇÃO DO DISTRITO DO ARROIO DO SÓ	12
1.2. HISTÓRICO DO DISTRITO DO ARROIO DO SÓ	13
1.3. O LUGAR DAS VIAS FÉRREAS NA EXPERIÊNCIA DE VIDA DOS MORADORES DO DISTRITO DO ARROIO DO SÓ	20
1.4. O PERFIL SÓCIO ECONÔMICO E A PRECARIIDADE DAS ATUAIS CONDIÇÕES ESTRUTURAIS DO DISTRITO ARROIO DO SÓ.....	22
1.5. O MODO DE VIDA LOCAL NO ARROIO DO SÓ.....	34
1.6. A FERROVIA.....	39
Capítulo 2 – A QUESTÃO DO TERRITÓRIO A PARTIR DO CASO DO ARROIO DO SÓ	43
2.1. TERRITÓRIO.....	43
Capítulo 3 – O MUNDO DO TRABALHO DO DISTRITO DO ARROIO DO SÓ.....	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
BIBLIOGRAFIA	80
ANEXOS.....	82

INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo expor e analisar o atual momento social, econômico e político do Distrito do Arroio do Só – 5º Distrito de Santa Maria/RS, localizado no extremo leste da cidade, distante 36 km do centro. O objetivo deste estudo é analisar a relação entre os processos de globalização e de precariedade nas relações de trabalho como forma de exclusão social. Na investigação foram utilizadas a pesquisa documental, a técnica da entrevista e a observação direta no campo de pesquisa.

O ponto de partida será a exposição dos fatos históricos referentes a esta localidade desde sua ocupação, passando por grupos étnicos responsáveis pela sua colonização e quais as atividades econômicas, sociais e políticas desenvolvidas no Distrito até o presente momento. Serão consideradas as décadas de 1930 a 1950, momento este, no qual o Distrito foi considerado um polo de desenvolvimento econômico e social, indagando-se porque este desenvolvimento foi se reduzindo ao longo dos anos, chegando à estagnação, no qual se encontra hoje, deixando os moradores, em suas conversas cotidianas, sonhadores com a volta da prosperidade e desenvolvimento do Distrito.

Também, serão abordados quais os impactos dos processos de modernização e mecanização das atividades do campo, que reduziram drasticamente o número de pessoas e o tempo de produção da cadeia produtiva do campo.

Será priorizada, na análise, a desativação das vias férreas pelo governo federal e, tendo como ponto de partida o ano de 1996, busca-se compreender até que ponto esse fato impacta no nível de organização social dos moradores e na capacidade desses para enfrentar as adversidades, que culminaram no atual momento de declínio que se encontra o Distrito.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se por incorporar aspectos quali-quantitativos (Martins, 2007), sendo considerada fundamentalmente qualitativa (Minayo, 2016). O estudo concentrou-se no Distrito Arroio do Só e lançou mão dos recursos a entrevista semiestruturada e análise documental, bem como da observação direta. Algumas pessoas foram entrevistadas para compor o material de estudo, de modo a conhecer e levantar o problema sociológico. Fotos de determinados estabelecimentos foram incorporadas a pesquisa, pois contribuem para perceber a realidade do atual momento do Distrito. Estes

Estabelecimentos já foram considerados os principais pontos do avanço, prosperidade e do desenvolvimento, vivido pelo local em épocas passadas.

Realizamos entrevistas com moradores aplicamos questionários. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas. Além disso, a investigação foi enriquecida pelas conversas informais com moradores sobre questões pontuais, envolvendo, por exemplo, temas como os referentes as atividades agrícolas de maior importância no Distrito, pecuária, relação de trabalho nas propriedades rurais e atividade do porongo e sua importância.

Os entrevistados foram 1) os moradores da localidade envolvidos em atividade política, como o propósito de diagnosticar a relação da subprefeitura com a prefeitura de Santa Maria em relação às políticas públicas de serviços básicos de infraestrutura; 2) agentes públicos da EMATER, para diagnóstico dos projetos realizados no campo; 3) –agentes econômicos relevante na localidade, de modo a compreender as dinâmicas econômicas e o universo laboral local, com ênfase na questão dos direitos do trabalho e da obediência à legislação trabalhista. Os moradores foram importantes para explicar se os direitos básicos de uma relação de trabalho são obedecidos conforme exigem as leis trabalhistas.

A pesquisa de campo buscou indagar sobre o tema escolhido, qual seja, em que medida os processos de globalização e as políticas neoliberais do governo brasileiro nos anos 1990 impactam a localidade do Distrito Arroio do Só, promovendo a exclusão dos moradores em relação aos direitos trabalhistas e as políticas públicas. A referida indagação foi suscitada pelos comentários dos moradores, os quais afirmam que logo após a desativação das vias férreas, o Distrito ficou abandonado pelo poder público, com isso foram embora da localidade as pessoas, os empregos e o desenvolvimento do Distrito.

Foram realizadas oito entrevistas assim distribuídas, quatro com moradores, um agente público, um agente político e dois proprietários de empresas do Distrito. Também foram coletados dados da participação de uma reunião dos moradores do Distrito com a subprefeitura do Distrito e com a prefeitura de Santa Maria a para expor o estado de abandono que se encontra o Distrito do Arroio do Só e, para que sejam tomadas providências urgentes na questão da estrada que se encontra em péssimas condições de trafegabilidade para escoação da produção local.

Foram também utilizadas reportagens de jornal a respeito do estado social, político e econômico do Distrito. Os dados históricos foram retirados do trabalho “Historia Social do Arroio do Sol” de Eneida Izabel Schirmer Richter (1997).

Utilização de dados do documentário produzido em 2014, do Projeto Por Onde Passa a Memória da Cidade – LIC/SM.

Capítulo 1 - ELEMENTOS DA HISTÓRIA E DO PERFIL SÓCIO ECONÔMICO DO DISTRITO DE ARROIO DO SÓ

1.1. LOCALIZAÇÃO DO DISTRITO DO ARROIO DO SÓ

Santa Maria possui dez distritos e, Arroio do Só é o 5º Distrito da cidade de Santa Maria, criado em 1896, localizado no extremo leste da cidade, numa área de depressão central, distancia-se 36 km do marco zero do município (local de fundação de uma cidade, neste caso o centro da cidade). Segundo Richter (1997) a distância do Distrito para o município de Santa Maria, pela estrada de ferro é 29 km. Tem atualmente uma área de 159,30 km²¹. Seus limites ao norte à sanga banhado grande no Rio Vacacaí-Mirim (divisa com 8º Distrito de Palma) até encontrar a foz do Arroio do Só. A leste pelo leito do Arroio do Só até a sua nascente, quando em linha reta, atinge-se a Sanga do Paredão até a foz no Rio Vacacaí (divisa com o município de Restinga Seca). No oeste Estrada Municipal Vereador Paulo Brilhante, no sentido norte, até a localidade de São Geraldo; Estrada Municipal Pedro Fernandes da Silveira, no sentido leste; Sanga Banhado Grande (divisa com o 3º Distrito de Pains), até a sua foz; Rio Vacacaí-Mirim e pelo Arroio Grande, até o cruzamento com a Rodovia RST-287 (antiga Rodovia RS-509), início desta demarcação. Ao sul do rio Vacacaí (divisa com o município de Formigueiro) até a foz do Arroio Arenal (divisa com o 6º Distrito Passo do Verde), até o cruzamento com a Estrada Municipal Vereador Paulo Brilhante.

As localidades que compõe o Distrito do Arroio do Só, são sete²: Rincão Nossa Senhora Aparecida, Rincão dos Pires, Tronqueiras, Alto dos Mários, Coltado, São Geraldo e Água Boa.

A malha rodoviária tem aproximadamente 300 km de extensão, de estrada de chão (Richter, 1997). A ligação do Distrito com a cidade de Santa Maria se dá por duas estradas, uma delas é a estrada geral, que tem aproximadamente 28 km, da sede do distrito até o Distrito de Pains, é a mais extensa. A estrada geral também é denominada de estrada Pedro Fernandes da Silveira, serve a comunidade do interior. A outra estrada de chão tem aproximadamente 7,4 km, da sede do distrito até a RSC 287, sendo a mais utilizada. A partir das conversas informais com os moradores do Distrito, dois são os motivos que levam esta estrada a ser mais utilizada. Um deles por ser mais curta em relação à rodovia RSC 287 e outro motivo é que além da Estrada Geral ser a mais extensa, esta estrada apresenta-se

¹ Disponível em: <http://www.santamaria.rs.gov.br/rural/73-distritos>, acesso em 15/06/2017.

² Plano diretor do município de Santa Maria, 2008.

constantemente em precário estado de conservação pelo poder público, fato este que será exposto mais adiante neste trabalho.

De acordo com o censo de 2000 do IBGE, o número de habitantes corresponde a 1.127, com uma densidade demográfica de 7,07 hab./ km².

1.2. HISTÓRICO DO DISTRITO DO ARROIO DO SÓ

A partir de agora faremos uma recuperação da história do Distrito do Arroio do Só⁴ para podermos entender desde a ocupação pelos índios, portugueses, espanhóis com suas disputas pela posse e ocupação das terras descobertas. Assim como compreender, qual a importância da instalação das ferrovias para a localidade e qual a influência que teve na chegada da colonização italiana e alemã para o futuro do distrito. Vamos também passar pelas décadas do auge do desenvolvimento da localidade até a desativação das vias férreas e suas consequências para o distrito. Estes pontos acima lembrados serão importantes para entender como eram as relações sociais das pessoas que moravam ou passavam pelo distrito, desde a sua ocupação até a chegada das ferrovias e, verificar se essas relações sociais, políticas e econômicas foram afetadas pela desativação das vias férreas – num contexto de globalização internacional e de políticas neoliberais do governo Federal – resultando na exclusão do Distrito pelo poder público e afetando as relações de trabalho no local.

A narrativa sobre a ocupação do território, apresentada a seguir, é relevante em razão da sua história, mas, sobretudo, por conta do interesse sociológica deste estudo em compreender as mudanças ocorridas no território de uma determinada localidade.

A ocupação do lugar onde atualmente é o distrito é controversa. Segundo relato abaixo descrito:

Os relatos do século XVIII concernentes ao Brasil caracterizam-se pelo subjetivismo, dependendo do ponto de vista do autor, da Igreja Católica ou de Portugal, que o direito internacional do “uti possidetis”, cujo resultado prático foi o aumento da extensão de suas terras na América do Sul. (Richter, 1997, p. 16)

³ Disponível em: <http://www.santamaria.rs.gov.br/rural/73-distritos>, acesso em 09/10/2017

⁴ Arroio do sol era utilizado pelos espanhóis porque quando amanhecia o sol batia nas terras alagadas e a luz era refletida pelos minerais existentes no local. E Arroio do Só era chamado pelos portugueses que queriam tirar a influência dos espanhóis na região e outros dizem que a comunidade chama porque um ermitão desgarrou-se de seu povo mata a dentro e construiu uma cabana onde vivia só.

O processo de expansão da colonização portuguesa em território brasileiro prosseguiu com os bandeirantes, que aos poucos iam expulsando os colonizadores espanhóis das terras ocupadas por eles.

A chegada–foi por volta de 1754/1756, quando Gomes Freire passou pelo “Monte Grande”, no qual foi denominada esta região de Santa Maria, onde havia uma guarda jesuítica, lugar este onde Gomes Freire estabeleceu um acampamento militar (Richter, 1997).

Os portugueses mesclaram-se facilmente com os indígenas e até apoio receberam. A localização geográfica permitiu a ocupação pelos portugueses, por ser área de campo e planalto, juntamente com a bacia do rio Jacuí ligando a bacia do Ibicuí.

Conforme Richter (1997), na época os caminhos gerais, como uma estrada que vinha de Rio Pardo, passava por Cachoeira, cruzava o Jacuí, onde existiam fortificações, passava ainda por Restinga Seca, Arroio do Sol, Picada da Tronqueira, São Martinho, porém não apareciam com tais denominações. Tais estradas eram utilizadas por indígenas, portugueses e espanhóis para comercialização dos produtos, quando se deslocavam de oeste para leste.

Em 1777, com assinatura do Tratado de Santo Ildefonso⁵, entre Portugal e Espanha, no qual terras apropriadas indevidamente deveriam ser devolvidas aos proprietários de origem, as disputas por terras foram findando. O último confronto que se tem notícias entre portugueses e espanhóis aconteceu em 1801, um piquete de quarenta cavaleiros partiu da fazenda de Manoel dos Santos Pedroso, localizada às margens do rio Vacacaí para conquistar as Missões, especificamente da localidade de São Martinho (atual São Martinho da Serra) o último reduto de espanhóis (Richter, 1997).

A região tem descrições antigas de sua ocupação de acordo com Richter (1997, p. 21):

No livro “Viagem ao Rio Grande do Sul”, Auguste de Saint-Hilaire fez interessantes observações sobre a região, as pessoas e os costumes. De 11 a 18 de abril de 1821, o naturalista francês ficou hospedado na estância da Tronqueira, a cinco léguas de Santa Maria, na casa de José Silveira. A estância recebeu esse nome devido à sua porteira, feita com tronco de árvores, e consecutivamente a denominação foi estendida à localidade.

Os estancieiros cuidavam do gado e os negros (escravos que trabalhavam em regime de escravidão) tratavam das plantações. Os pequenos proprietários, de poucos recursos, cultivavam suas terras e cuidavam de suas vacas leiteiras.

⁵ O tratado de Santo Ildefonso, 1777 estabelecia entre Portugal e Espanha os limites das terras pertencentes a ambas. Nesse novo acordo a Colônia de Sacramento e 7 Povos das Missões pertenciam à Espanha em troca da posse da Vila do Rio Grande e da Ilha de Santa Catarina. Entretanto Portugal continuava interessado na região do Prata, principalmente, em decorrência do acesso direto ao Oceano

Segundo Martins (1997), foi uma forma de ocupação territorial. Esta frente era constituída de populações pobres e ricas que se deslocavam em busca de terras novas para desenvolver suas atividades econômicas como criação de gado, pastagens e agricultura. Levavam consigo seus trabalhadores, agregados sujeitos a formas de dominação pessoal e de exploração apoiados no endividamento e na coação.

Com base em Martins (1997), podemos dizer que a frente de expansão esteve mais próxima da economia mercantil simples e ao mesmo tempo próxima da economia de subsistência.

As adversidades encontradas nas terras, não eram poucas, dentre elas, a dificuldade dos estancieiros de afugentar cavalos selvagens que destruíam as pastagens, ou então no difícil trabalho de domesticá-los. A prática da caça de animais e a comercialização do couro viraram negócio. Os cavalos domesticados eram utilizados nos rodeios. Concurso de rodeios que são realizados até os dias atuais, movimentando pessoas e a economia do lugar, promovendo uma interação social das pessoas do local.

As pessoas da região plantavam figueira por ser de rápido crescimento e por dar boa sombra. Cultivavam trigo e milho para vender para os comerciantes de Cachoeira e Rio Pardo. A cultura do plantio era diversificada durante sete ou oito anos consecutivos, depois deixavam as capoeiras tomar conta da plantação, prática esta chamada de alqueive (técnica que consistia deixar o solo descansar por vários anos).

Ao final do século XIX, os habitantes do Arroio do Só eram na sua maioria luso-brasileiros, como ainda é até os dias de hoje.

Conforme Carvalho (2010), o povoamento de origem alemã ocorreu inicialmente em 1828, pelo 28º Batalhão de estrangeiros constituído de alemães colonos vindo da cidade de São Leopoldo para a cidade de Santa Maria. Segundo Carvalho (2010), estes alemães exerceram em Santa Maria as profissões de comerciantes, alfaiates, ferreiros, tamanqueiros, curtidores, ourives, tanoeiros, construtores e outras. Para Carvalho (2010), o povo alemão foi responsável por reerguer a economia da localidade que se encontrava abalada intensamente pelos reflexos da Guerra Farroupilha⁶.

De tão importante, este foi considerado um “milagre germânico”. Além da atuação no segmento da indústria e comércio, os alemães destacaram-se pela participação nas forças armadas, que lhes deram condição de atuação nos conselhos da administração municipal. Para a localidade foi de suma importância a chegada da colonização alemã, tanto que, foi

⁶ Revolução que ocorreu do Rio Grande do Sul, entre 1835 e 1845, na qual os rebeldes gaúchos reivindicavam ao império a independência da província.

instalada na localidade, uma fábrica de calçado abastecido pela indústria de curtume do local, gerando assim vários empregos no distrito, que abastecia as lojas e exportava para cidades vizinhas. Esse ciclo foi quebrado na década de 1990 com a crise do couro calçadista no RS.

Segundo Richter (1997), a primeira leva de imigrantes italianos que veio chegou em Silveira Martins, em 1878. Posteriormente, de Silveira Martins, como era chamada de quarta zona de colonização, vieram para trabalhar, com isso houve confronto com os lusos, que tinham suas atividades na pecuária e utilizavam os escravos e peões nessas atividades. Os primeiros imigrantes italianos vieram abrindo picadas no mato para trabalhar na manutenção da estrada de ferro, outros que possuíam certa quantia em dinheiro, puderam comprar individualmente ou de forma cooperada, terra para praticar a agricultura. Outros chegaram ao Distrito com uma quantia de dinheiro para adquirir terras ou para instalar comércio. A Estrada de ferro era o elo de ligação do distrito com cidades vizinhas, mas, mais que isso, impulsionava a economia local de maneira mais rápida, transportando mercadorias e pessoas.

Conforme Richter (1997), a necessidade dos italianos foi ao encontro da existência de grandes terrenos na área em volta da estação, que estavam concentrados nas mãos de algumas famílias. Estas famílias se desfaziam das terras por dois motivos: fato de venderem as terras para irem fixar-se em outros lugares e pela necessidade de sobrevivência.

Até o final do século XIX, era difícil e lento o deslocamento das pessoas de um lugar a outro. Era considerada uma aventura a ida de Santa Maria a Porto Alegre. Os viajantes levavam três dias alternando montaria, aqueles viajantes que não tinham tanta pressa, que precisavam transportar carga ou que não possuíam uma saúde que aguentasse a viagem, estes faziam o deslocamento em carroções ou carretas, durante semanas.

Em 1883, foi inaugurado o trecho da estrada de ferro Porto Alegre – Cachoeira. O tempo de deslocamento de Santa Maria a Porto Alegre diminuiu um pouco, pois ainda se utilizava a Estrada Geral, cruzando pela ponte sobre o Jacuí, para depois embarcar no trem em Cachoeira rumo a Porto Alegre.

A partir de 1885, foi inaugurado o trecho Cachoeira – Santa Maria, passando por Restinga, Arroio do Só e Estação Colônia (atual Camobi). Com isso a pequena estação do Arroio do Só serviu de ponto de referência da povoação, como ponto de encontro para conversas diárias dos moradores, mas também representou um poderoso centro de atividade econômica e política. Desde então, os grandes pecuaristas e comerciantes traziam novidades para o local, tal como bebidas, xícaras, pratos de porcelanas, talheres de prata, jarros de cristal. O povoado do Arroio do Só sentiu as mudanças, até mesmo os modismos ditados na Europa aqui chegavam pelos trilhos.

Foto 01 - Estação ferroviária do Arroio do Só



Fonte: Trabalho de campo, Novembro de 2017.

Segundo Richter (1997), não foi encontrado documentos que explicassem o motivo da construção da estação no referido local. Todavia, foi apresentada uma hipótese:

Um estudioso da imigração italiana no Rio Grande do Sul apresentou a seguinte hipótese: a estrada geral que ligava Cachoeira a Santa Maria bifurcava-se mais ou menos na altura de um curso d'água chamando arroio "do Só"; seguindo para o norte, a estrada cruzava o rio Vacacaí-Mirim em direção a Vale Vêneto e Nova Palma, ou por um outro caminho, tomava-se a direção de Silveira Martins. O referido entroncamento era local propício para erigir a estação que favoreceria diretamente aos imigrantes, tanto no momento da chegada como para a comercialização de produtos.

De acordo com Richter (1997), durante anos a localidade de Tronqueiras foi a mais importante do Distrito. Foi ponto de encontro das caravanas vinda de todos os pontos do Rio Grande do Sul, um lugar de descanso para os viajantes, oferecia um pequeno comércio, atafona (moinho manual ou movido por cavalgadura) e hospedaria.

Os aspectos descritos acima nos remetem a uma das reflexões de Milton Santos (2011). Para o autor, o território como pertencimento oferece as condições para a criação de uma identidade entre as pessoas e o seu espaço geográfico, construindo, em função da

produção necessária à sobrevivência do grupo, uma noção particular de limites, acarretando, paralelamente, uma compartimentação do espaço, o que também produzia uma ideia de domínio. A política do território tinha as mesmas bases que a política da economia, da cultura, da linguagem, formando um conjunto indissociável. Paralelamente a isso, cria-se a ideia de comunidade, um contexto limitado no espaço.

Depois da construção das linhas férreas, Tronqueiras perde a oportunidade de progredir, mesmo sendo terra de passagem, status perdido, por consequência da instalação da ferrovia, fato este que fez com que o povoado se formasse em volta da estação.

Nesse particular, destaca-se Costa (2012), quando salienta que território não é apenas “coisa”, conjunto de objetos, mas sobretudo, ação, ritmo, movimento que se repete, pois esses objetos e essas ações são sempre carregados também de diferentes significados, ou seja, são simbólicos para essas pessoas e para o lugar. Ainda segundo Costa (2012), trata-se de um espaço de todos, frequentemente contido nos limites do trabalho de todos, e um espaço rede. Territórios-zona, territórios rede e aglomerados⁷ participam de forma conjunta e indissociável neste processo.

A estação tornou-se ponto estratégico para escoamento de pessoas, produtos e das safras, de vários lugares próximos como Silveira Martins, Vale Vêneto, Núcleo Soturno, Ribeirão, Dona Francisca, Val Veronese, Núcleo Treviso, São João do Polêsine, interior de São Sepé, Restinga Seca e do próprio distrito. Conforme Costa (2012), a localidade de tronqueiras funcionou aqui como um território “rede” que articulava a comunicação com diversas caravanas vinda de diferentes pontos e direções, era como um fenômeno da compressão espaço-tempo. O território aqui foi o ponto da territorialização dos meios e dos ritmos a serviço de alguns. Para Costa (2012), o movimento tanto de indivíduos quanto de objetos, seja simples “meios de transporte” (como carros, ônibus, trens, navios, aviões), seja como residências móveis (ampliando o sentido das tradicionais “caravanas” ou casas sobre-rodas⁸), eram de comércio e o local servia como ponto de hospedagem e passagem para outros destinos, mas também abastecia essas caravanas com mercadoria e alimentação para prosseguir viagem.

⁷ Aglomerado aqui deve ser entendido como conjuntos, agrupamentos em geral, de onde provêm concepções como as de “aglomeração humana” ou “urbana”, quanto para significar “amontoamento”, um tipo de agrupamento em que os elementos estão “ajuntados confusamente”.

⁸ “Caravanas” é um movimento antigo, como demonstram os *travellers* irlandeses (de número estimado hoje em 25 mil) cuja origem controvertida remonta ao início do século V.

Ainda em 1994, o trem de passageiros passava duas vezes por semana. No início de 1996, ele foi desativado, dando fim a um ciclo de uma época. Cléber Sérgio⁹, indica que entre os anos de 1955 a 1960, com o presidente JK (Juscelino Kubitschek), o transporte ferroviário foi sendo abandonado em prol do transporte rodoviário. No caso do trem de passageiro da região, Continuou no governo militar até sua desativação no governo do presidente FHC (Fernando Henrique Cardoso), especificamente no ano de 1997¹⁰.

O governo FHC sempre demonstrou uma simpatia pelas ideias neoliberais e, sempre que teve apoio do congresso. Assim, aprovou medidas para reduzir o custo do Estado, passando da administração pública para iniciativa privada, como exemplo citado acima, a privatização da RFFSA (Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima). Lembramos também, que foi no seu governo, precisamente na década de 90, que foi criado o PDV⁸ (Plano de Demissão Voluntário), na forma de Lei, cujo o objetivo propalado por seus idealizadores era de possibilitar melhor alocação dos recursos humanos, propiciar a modernização da administração e auxiliar no equilíbrio das contas públicas. Época que também foi leiloada a Vale do Rio Doce⁹, maior mineradora mundial de ferro, que foi vendida para pagamento da dívida interna e externa do Brasil.

Conforme Carvalho (2010), a linha (Santa Maria - Uruguaiana) ainda é utilizada para transporte de diversos produtos, mas não é considerado o meio mais importante de escoamento das produções da região. Segundo a empresa ALL (América Latina Logística), vencedora do leilão da Malha Sul em 1996, iniciou suas atividades como Ferrovia Sul Atlântico e configurou-se como proprietária da Viação Paraná - Santa Catarina e Viação Férrea Rio Grande do Sul. Dentre os principais produtos transportados é a soja que é o mais significativo. E outro importante produto é o milho, o qual se destina essencialmente à exportação. Os fluxos de transporte dessa empresa abrangem o Brasil, Chile e a Argentina. Atualmente a ALL S. A. se chama Rumo ALL¹¹, comprada em julho de 2014, pela Rumo, empresa de logística do grupo de energia Cosan - A ALL havia sido, por anos, considerada a empresa de operações ferroviárias mais eficiente e rentável do país. A fusão da Rumo com a ALL foi aprovada em abril de 2015. Está em fase de negociação com a ANTT a renovação antecipada da concessão da malha paulista (que equivale a 20% da extensão total), o que poderia facilitar os novos investimentos. A concessão acaba em 2028 e a Rumo quer assegurar que terá mais 30 anos de operação.

⁹ Disponível em : <https://jornalggn.com.br>, acesso em 06/11/2017.

¹⁰ Disponível em: <https://www.sul21.com.br>, acesso em 06/11/2017.

¹¹ Disponível em : <https://exame.abril.com.br/revista-exame>, acesso em 14/11/2017

Segundo Santos (2011), os últimos anos do século XX foram emblemáticos, porque neles se realizaram grandes concentrações, grandes fusões, tanto em órbita de produção como nas finanças e da informação. Esse movimento marca um ápice da competitividade do sistema capitalista, a competitividade tem como norma a guerra e a falta de compaixão entre os concorrentes, já que a identidade dos atores, até então, mais ou menos visível, agora aparece aos olhos de todos. Ianni (2005), reforça a questão da fragilização das fronteiras quando menciona que as relações, os processos e as estruturas de dominação e apropriação, integração e antagonismo, frequentemente dissolvem fronteiras, até mesmo o Estado-nação metropolitano declina, dispersando-se os centros decisórios por diferentes lugares, empresas, corporações, conglomerados, organizações e agências transnacionais. Globalizam-se perspectivas e dilemas sociais, políticos, econômicos e culturais.

1.3. O LUGAR DAS VIAS FÉRREAS NA EXPERIÊNCIA DE VIDA DOS MORADORES DO DISTRITO DO ARROIO DO SÓ

A importância do funcionamento das vias férreas e os prejuízos que esta desativação teve é sentida nas palavras e descrições feitas por moradores e no levantamento de campo realizado na localidade. Em entrevista abaixo descrita, a moradora M. T.¹² relata a importância do funcionamento do trem de passageiros e de cargas para o Distrito do Arroio do Só e de que modo o retorno da estação ajudaria e facilitaria, para os moradores residentes na localidade do Arroio do Só:

“conheci e utilizei muito, pois o custo era baixo, não tínhamos carro, utilizávamos com frequência para passeio, utilizaria hoje. Evitaria os engarrafamentos, chegaríamos mais rápido na cidade, acredito que o custo seria baixo”. (entrevista, M..T, 2017).

A moradora M. T. acrescenta ainda a consequência da desativação, com suas palavras transcritas abaixo:

“ah... bastante, eu não sei a ligação, mas essas as mercadorias vinham todas por trem, até tinha, a linha passava por dentro da minha casa quando eu morava ali embaixo, tinha os

¹² Iniciais do nome da pessoa entrevistada.

trilhos que eles descarregavam a mercadoria no trole¹³ para levar até o galpão, vinha muita gente em bailes e festas, o pessoal vinha no trem pra esses eventos, o pessoal ia estudar, iam e vinham de trem, desciam lá no fim da Rio Branco, era um transporte bem mais barato, eu acredito que [a desativação do trem] impactou bastante”. (entrevista, M.T., 2017).

Para Richter, os dados de 1900 registram que a população do distrito era em torno de 2.772 habitantes; em 1909 havia 4.289 habitantes; em 1910 o total de habitantes era de 4.406; em 1911 o número de habitantes passava para 4.685. Como se vê, a localidade teve um constante crescimento populacional, após a construção da estrada de ferro em 1885 e logo após a criação do Distrito do Arroio do Só em 1896. A diminuição do tempo no deslocamento de grandes distâncias e a criação do Distrito, pois este representava um braço da administração do executivo da cidade de Santa Maria ali instalado, sendo assim a localidade seria mantida financeiramente pela administração central, promovendo um estímulo para as pessoas se aventurarem a procura de novos espaços que ofertassem terras, trabalho e transporte. A moradora G.V.F¹⁴. descreve a causa que a trouxe para a localidade, nas palavras abaixo transcritas:

“a gente morava na Colônia (referência a Colônia Borges) ele (marido), plantava arroz, aí apareceu essa conta que o tio falou para nós, aí nós resolvemos vim embora para cá, colocar um hotel, restaurante, aí continuamos muitos anos até ele falecer, ele ficou muito doente né, e depois as meninas casaram, tenho quatro filhos, aí terminei com o hotel, fiquei sozinha né, era muito bom...àquela época, não tinha ônibus sabe, vinha gente de Faxinal, Polêsine, Colônia Borges, todo mundo para pegar o trem, aí paravam aqui no hotel e desembarcavam, tinha o noturno de noite, às nove horas, então tinha bastante movimento....tava muito bom”.

O crescimento populacional do Distrito também é ratificado nas palavras do morador E.L.S.¹³, como segue abaixo:

“cheguei aqui com seis anos, a vida aqui era bem maior, tinha mais gente morando aqui...tinha mais assim opções de trabalho.. .ah nossa vida diminuiu... diminuiu”.

¹³Pequeno carro descoberto que anda sobre os trilhos das ferrovias e é movido pelos operários por meio de varas ou paus ferrados. Também pode ser carruagem rústica que se usava nas fazendas e nas cidades do interior antes da introdução do automóvel. Disponível em: www.osdicionarios.com, acesso em 15/11/2017.

¹⁴ Disponível em: itvovo.org, acesso em 31/05/2018.

Sendo assim, pode-se dizer, que as vias férreas contribuíram para o crescimento populacional do 5º Distrito de Santa Maria, chamado Arroio do Só. Esta afirmação é descrita nas palavras da moradora N.M.F.T.¹:

“para mim o crescimento do Distrito está relacionado sim com a vinda da estação férrea para cá, só pelo movimento de pessoas que tinha aqui já se percebia isto, sem dizer que existia vários estabelecimentos comerciais, coisa que agora não se vê quase”. (entrevista, N.M.F.T., 2017).

1.4. O PERFIL SÓCIO ECONÔMICO E A PRECARIIDADE DAS ATUAIS CONDIÇÕES ESTRUTURAIS DO DISTRITO ARROIO DO SÓ

O ato nº 46, de 4 de março de 1896, promulgou a Lei nº 6 do Conselho Municipal da Santa Maria, criando o 5º distrito (Richter, 1997). Naquela época o subintendente era a figura máxima no Distrito, era nomeado pelo intendente municipal, exercia funções administrativas e de autoridade policial. Como autoridade policial cumpria ordens do Presidente do Estado. Dentre as competências administrativas tinha:

- executar leis e posturas municipais;
- dirigir serviços incumbidos no referido distrito;
- fiscalizar obras municipais em construção;
- conservar estradas e pontes;
- conceder licença para edificações, espetáculos e divertimentos públicos;
- impor multas aos infratores municipais;
- administrar os cemitérios públicos e particulares;
- desempenhava todas as funções municipais que eram delegadas pelo intendente.

Atualmente essas funções são exercidas pelo subprefeito que é o representante do executivo no Distrito, nomeado pelo prefeito. O atual subprefeito do Distrito Arroio do Só é o senhor Antonio Poerscke¹⁵. O poder executivo atual representado pelo prefeito Jorge Pozzobom, eleito em 2016, governa Santa Maria desde 01/01/2017, pelo PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), reduziu o número de subprefeitos nos Distritos de Santa Maria. Atualmente os Distritos foram separados por região¹⁴. A região leste ficou com Arroio Grande, Palma e Arroio do Só. A partir do ano de 2017, os atuais subprefeitos contaram com

¹⁵ Disponível em: <http://www.santamaria.rs.gov.br/rural/73-distritos>, acesso em 15/11/2017

9 assessores regionais¹⁶, que vão receber as demandas de cada localidade. Serviços como correio, escolas e postos de saúde permaneceram sendo prestados e não sofreram restrições. A redução no número de subprefeitos é criticada por moradores dos Distritos de Santa Maria. Moradores avaliaram que três gestores são poucos para gerenciar as necessidades de uma área tão grande. Apesar das garantias do poder executivo a medida é vista com reservas e desconfianças por muitos moradores. Em um depoimento para o Diário de Santa Maria, reportagem realizada no dia 07/01/2017, uma moradora do distrito de São Valentim faz o seguinte comentário abaixo:

“Se uma pessoa que conhece o lugar, como é o caso do (subprefeito) Júlio Toniolo, não consegue dar conta, imagina uma só para cuidar de três.”

O próximo gestor de São Valentim terá mais dois distritos: o de Boca do Monte e Passo do Verde. Juntos, os três distritos totalizam uma área de 573 km². A reportagem da edição do Diário de Santa Maria do dia 07/01/2017 expõe várias outras situações de necessidades dos distritos, como as chuvas dos últimos dias que transformam as estradas de chão batido em um lamaçal e por profundas valetas. Muitas vezes os próprios moradores em regime de mutirão se juntam para trabalhar nas estradas, para ao menos amenizar as condições das estradas dos locais, pois muitas vezes os moradores ficam ilhados.

Na mesma edição citada acima, o secretário de Desenvolvimento Rural, de Santa Maria, Rodrigo Menna Barreto, afirmou que a medida foi tomada para ampliar as políticas do interior, melhorar a prestação dos serviços e a estrutura e conter gastos, o que torna viável a proposta. Acrescenta ainda que os subprefeitos não serão apenas repassadores de problemas, mas que vão participar dentro da secretaria, quando não estiverem nos Distritos, no planejamento de ações para as suas regiões.

O trabalho de campo realizado durante esta pesquisa registrou uma opinião diferente, de uma moradora do distrito do Arroio do Só, em relação ao subprefeito administrar 3 distritos. A opinião está descrita abaixo:

“eu não tenho oposição, eu não sou contra isso aí, desde que eles tivessem maquinários para trabalhar no distrito e o pessoal para dar manutenção, se aqui tivesse patrôla, caçamba, uma retroescavadeira e gente pra manejar essas máquinas, não vejo problema nenhum um

¹⁶ Disponível em: <http://diariodesantamaria.clicrbs.com.br>, acesso em 15/11/2017.

para três ou para mais, mas desde que desse condições para a pessoa trabalhar, do jeito que está que não tem nada, é igual a nem ter”.

O trabalho de campo também acrescentou a esta mesma opinião da moradora do Distrito do Arroio do Só, nas palavras do atual subprefeito do Distrito, Antonio Poerscke, que em reunião¹⁷ com a comunidade do Arroio do Só, Palma e Pains, realizada no dia 04/10/2017, às 9:40 h, na Capela São João Batista, com o vice-prefeito, Sérgio Cechin e secretários de obras, setor jurídico e secretário de desenvolvimento rural e adjuntos, no qual o subprefeito pede condições da prefeitura para exercer suas funções na subprefeitura.

De acordo com Richter (1997), a principal riqueza do distrito era a pecuária. Conforme levantamento de campo e conversas informais com moradores do Distrito e representantes de órgãos públicos da localidade, Atualmente podemos dizer que a pecuária deixou de ser a principal riqueza do distrito. As palavras transcritas abaixo, de um ex ocupante do cargo de subprefeito, do executivo local descreve a antiga posição da pecuária no distrito:

“de primeiro aqui a pecuária era mais forte, trabalhava muita gente nas fazendas, bah os frigoríficos vinham buscar o gado vendido e se vendia muita carne aqui, depois vinha o arroz, tanto que tinha os engenhos de arroz aqui”.

Atualmente, a pecuária atual já não ocupa um lugar de tanto destaque. No atual momento, perdeu espaço para o arroz, soja e para a cultura dos porongos, mas ainda tem relevância conforme demonstrou o trabalho e levantamento de campo. O gado é usado no sistema de revezamento para descanso do solo, pequena quantidade para venda aos frigoríficos para produção de carne e para consumo dos próprios produtores.

A agricultura e a produção de porongo¹⁸ ocupam o lugar de maior destaque na atualidade. A agricultura do arroz e da soja tem uma grande importância para o distrito. O arroz é plantado na várzea e a soja hoje ocupa um grande destaque, nos lugares mais altos do distrito. A soja avançou¹⁹ tanto que está preocupando os plantadores de porongos, pois a área destinada para plantio encolheu em trinta por cento, pois muito dessas áreas são arrendadas e

¹⁷ Participação na audiência pública realizada em 04/10/2017, às 9h, no salão da Igreja São João Batista, no Distrito.

¹⁸ Fruto não comestível, caracterizado por seu tamanho grande, formado por uma casca grossa e com sementes por dentro, sem polpa. Utilizado para confecção de cuias de chimarrão, berimbau (concha acústica), ou mesmo para fazer casas de passarinhos. www.dicionarioinformal.com.br, acesso em 17/11/2017

¹⁹ Disponível em: <http://g1.globo.com>, reportagem em 01/12/2013. acesso em 17/11/2017

quando a oferta de porongos é muito grande o seu valor baixa demais ou quando o tempo não colabora com muitas chuvas ou poucas chuvas os porongos de má qualidade são descartados. Isso descapitaliza o agricultor para a próxima safra. O avanço da soja mais a falta de incentivo e falta de mão de obra no campo, pois basicamente é mão de obra familiar, agravam a situação da cultura do porongo.

A plantação de porongos tem muita importância para a localidade, pois o Distrito é considerado um dos maiores produtores da América Latina, e proporciona uma grande cadeia de empregos que vai desde a plantação, beneficiamento, industrialização e comercialização dos porongos. A produção de porongos, serve para produção de cuias de erva mate, mas também estimula uma cadeia produtiva de acessórios como suportes para cuias em aço inox, ou da própria sobra de porongos, couro para fabricação de protetor para as cuias nos dias de vento, enfeites para embelezar e usar na erva e bombas de chimarrão, casinhas e ninhos de passarinhos e, também a arte do pirógrafia²⁰ nas cuias. Muitas famílias trabalham na produção de porongos: pai, mãe e filhos tiram o sustento de suas famílias nesta cultura.

De acordo com Richter (1997), no apogeu do Distrito do Arroio do Só, nas décadas de 30 a 50, os moradores chamavam o distrito de “vila”. No final da década de 30, foi cogitado até a emancipação política do 5º Distrito. Nessa mesma época um caminhãozinho coberto de lona fazia a linha Arroio do Sol – Santa Maria, pelo interior do Distrito. A mesma linha é mantida até hoje pela empresa Jardim da Serra. Mais tarde, antes mesmo de ser construída a RS 509, foi criada a linha de ônibus Arroio do Só – Santa Maria, passando pela Palma e Fazenda dos Penna, conhecido com o “Talhão da Serra”. A RS 509, hoje é chamada de RSC 287, é com frequência considerada um dos motivos do despovoamento e da decadência do Distrito. Abaixo segue relato de um morador:

“o que eu, no meu ponto de vista que o governo parece tinha dado um incentivo para criar essa faixa que tem, essa BR, eu não sei o número ali e na época otem parentes que moram na beira da rodovia ali e essa faixa era para passar aqui, dentro do distrito e como ele tinha parentes ali, ele conseguiu fazer mudar o trajeto e passar por dentro das terras dele, isso contribuiu foi, pra meu ponto de vista ajudou no declínio...” (entrevista, M.T., 2017).

Conforme Richter (1997), o ato nº 127, de 12 de março de 1937, regulou o fechamento do comércio aos domingos, pois o prefeito municipal de Santa Maria atendia

²⁰ Arte de desenhar sobre uma superfície de madeira ou couro com uma ponta incandescente ou uma chama fina

requerimento da grande maioria dos comerciantes da localidade que vinha de encontro às leis trabalhistas, que determinava um dia de descanso por semana aos empregados.

Segundo Cardoso (2003), a Constituição de 1934 liberou a organização sindical, ainda que a lei complementar, no mesmo ano, a subordinasse ao Ministério do Trabalho, os sindicatos que representassem a classe trabalhadora e, que se tivessem sido constituído de forma organizada e com aprovação do governo, não precisaria de aprovação do executivo para funcionar. A partir desse momento tais sindicatos desempenham e representam suas categorias desde que siga a forma legal segundo a Constituição. No Brasil o sindicato organizado ocorreu em 1939, com os controles legais e sistemáticos da Lei Sindical. Para Cardoso (2003) o processo de representação classista em conselhos de estado excluía, quase sempre, os trabalhadores, e quando incluía era por meio de aliciamento ou da imposição, jamais por participação direta. Esta participação ocorria de forma indireta sem participação nas reuniões e direito de voto para decisões que afetariam os próprios trabalhadores. Nesse contexto que se fez necessário um ato do executivo, como o ato nº 127, para exigir o fechamento do comércio aos domingos.

Em 1940 foi inaugurado, no Arroio do Só, o Hospital Santa Terezinha, uma obra de assistência social, construída pelo município com a colaboração efetiva dos habitantes do distrito. No hospital tinha clínica geral, sala para pequenas cirurgias, sala de partos, doze leitos, consultório odontológico e farmácia. Este hospital foi desativado na década de 1960, nas suas instalações passaram a funcionar um grupo escolar durante algum tempo. Hoje, funciona o CTG Vitório Mário, fundado em 17/03/1988, onde é realizado além da semana Farroupilha, bailes, jantares e eventos com apresentações artísticas para a comunidade e atividades pedagógicas da Escola Estadual de Ensino Médio Princesa Isabel.

Foto 02 - CTG Vitório Mário



Fonte: Trabalho de Campo, Novembro de 2017.

Foto 03 - CTG Vitório Mário



Fonte: Trabalho de Campo, Novembro de 2017.

No início da década de 1940, a Escola Princesa Isabel que pertencia ao município transformou-se em Grupo Escolar Estadual. Somente no início dos anos 70 foi implantado o primeiro grau completo. Em trabalho de campo com levantamento de dados fornecidos pela direção da Escola Estadual de Ensino Médio Princesa Isabel, verificou-se que o Ensino Médio foi criado em 2005, e que naquele ano o Ensino Médio era à noite, pois foi uma solicitação da comunidade do Arroio do Só junto à 8ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE), tendo em vista que muitos alunos trabalhavam de dia e, que muitas pessoas residentes na comunidade do distrito, de maior idade, desejavam voltar a estudar, tendo em vista que o mercado de trabalho exigia uma maior escolaridade. As famílias sediadas no Distrito basicamente trabalham em regime de agricultura familiar, tendo a participação de todos integrantes.

Foto 04 - E.E.E.M. Princesa Isabel



Fonte: Trabalho de Campo, Junho de 2018.

Foto 05 - E.E.E.M. Princesa Isabel



Fonte: Trabalho de Campo, Junho de 2018.

Conforme Richter (1997), a firma Irmãos Trevisan Limitada possuía engenho de beneficiamento e polimento de arroz, além de uma loja de atacado e varejo. Mantinham uma filial em Sant'Anna do Livramento, voltada para a importação e exportação, venda atacadista e engarrafamento de bebidas.

Foto 06 - Antiga sede da Firma Irmãos Trevisan Limitada



Fonte: Trabalho de Campo, Novembro de 2017.

A filial de Cachoeira do Sul importava e exportava diversos produtos. Esta mesma firma, aproveitando a sua pujança econômica, buscou na Suíça um moderno maquinário para instalação de um moderno moinho de trigo junto à filial de Cachoeira do Sul, inaugurado em 1º de maio de 1949. A época de desenvolvimento da vila correspondeu ao auge econômico do Primo Trevisan, gerente geral da firma Trevisan. Toda esta demanda de produtos, segundo relatos levantados durante trabalho de campo, servia-se da linha férrea. Esta empresa fortificada pela sua grandeza e importância, despertou interesse e recebeu uma proposta, ou seja, um incentivo da prefeitura de cachoeira do Sul, para aumentar suas atividades e instalações. A matriz localizada em Santa Maria, especificamente no Distrito do Arroio do Só, não ofereceu na época nada em resposta a proposta de Cachoeira do Sul, sendo assim transferiu suas atividades e instalações para este município. Em entrevista com morador este também foi apontado como um dos motivos da decadência do Distrito, conforme palavras abaixo:

“...depois tinha um engenho de arroz grande, bem forte, atrás da estação e tinha bastante empregados. Veio um incentivo também lá do governo e tinha uma matriz lá em Cachoeira e

Cachoeira deu um incentivo para eles, para aumentar o moinho de farinha lá e Santa Maria não deu esse incentivo, não quis, não teve interesse, então o moinho foi feito em Cachoeira e aqui ficou a filial e foi diminuindo, e diminuindo e essa faixa não passou por aqui o pessoal, foi tendo essa decadência, eu acredito que tenha sido por aí”. (entrevista, M.T., 2017).

Outra grande firma da época, segundo Richter (1997), foi à firma Antônio Druzian e Filhos, que constava de engenho de arroz, moinho de trigo e milho, serraria, ferragem e casa comercial bem sortida. Por iniciativa própria, Antônio Druzian, dotou a vila de uma usina de luz e força, que servia a população desde a década de trinta. Fornecia luz a partir do anoitecer até às 22h no inverno e até às 23h no verão, aproveitava a máquina a vapor que tocava a serraria e o moinho. A firma foi vendida ainda na década de 40 e funcionou até início dos anos 60. A luz foi comprada pela família Tronco, para continuar beneficiando a comunidade, mas alguns anos depois cessou a prestação de serviço.

Anos mais tarde, década de 60, Arroio do Só foi beneficiada com luz elétrica fornecida pela Usina Hidrelétrica de Nova Palma, com sede em Faxinal do Soturno. Foi preciso união da comunidade para tal reivindicação.

Foto 07 - Antigo engenho de arroz, moinho de trigo e milho, serraria, ferragem, usina de luz e força, casa comercial bem sortida



Ângelo Tronco, ítalo-brasileiro, veio de Ribeirão para instalar uma fábrica de móveis. Esta fábrica possuía um moderno e completo maquinário para época. Vendia aos mercados de Santa Maria, Porto Alegre, Alegrete, Santana do Livramento, São Sepé, Cachoeira do Sul e Caçapava do Sul. Conforme trabalho de campo, a empresa se dividiu em três, uma parte para cada sócio, ficando uma na cidade de Santa Maria, uma no Distrito de Arroio do Só e a outra em Restinga Seca.

Foto 08 - Antiga sede da Fábrica Móveis Tronco



Fonte: Trabalho de Campo, Novembro de 2017.

Foto 09 - Atual sede da Fábrica de Móveis Tronco



Fonte: Trabalho de Campo, Junho de 2018.

Foto 10 - Atual sede da Fábrica de Móveis Tronco



Fonte: Trabalho de Campo, Junho de 2018.

Em setembro de 1946 foi instalada a primeira delegacia distrital da Associação Comercial de Santa Maria. Atualmente a delegacia não funciona mais, foi desativada e por longo tempo a estrutura ficou abandonada e ociosa. Hoje o grupo da terceira idade “vale a pena viver” ocupa o local.

O levantamento de campo evidenciou a preocupação dos moradores com relação à violência, principalmente nas residências rurais e a relação dos jovens com o risco das drogas. Quando necessário a presença da segurança pública, esta é acionada por telefone, e ocorre o deslocamento em viaturas do bairro Camobi até o Distrito, isto equivale a mais ou menos 40 minutos de deslocamento fora o tempo de pedido de solicitação da presença no local.

Anos mais tarde, década de 60, Arroio do Só foi beneficiada com luz elétrica fornecida pela Usina Hidrelétrica de Nova Palma, com sede em Faxinal do Soturno. Foi preciso união da comunidade para tal reivindicação.

A firma Irmãos Possebon, detinha fábrica de calçados e artefatos e couro. Atuava desde década de 1920, mas encerrou suas atividades em 1995, devido à crise pelo qual passou o setor coureiro-calçadista no Estado, conforme mencionado anteriormente, com falta de incentivo do governo ao setor e a entrada de calçados da China em grande quantidade, em consequência gerou ainda mais desemprego no distrito.

Com base no que foi considerado até aqui, observa-se a emergência e o posterior declínio da pujança econômica de determinado território. Arroio do Só vivenciou uma época de dinamismo, a qual deu lugar as ruínas que podem ser observadas nas imagens acima. Por certo que isso não é tudo acerca do Distrito, pois o local continua vivo, atuando de outra forma. De todo modo, é notório o revés sofrido. Apesar das singularidades do caso, lembramos outros episódios semelhantes²¹, que também evidenciam o impacto das decisões globais neoliberais nas localidades.

1.5. O MODO DE VIDA LOCAL NO ARROIO DO SÓ

A chegada do trem na estação dava a mobilidade, comunicação, movimentava a economia, além de fortificar as interações sociais das pessoas no Distrito. O transporte de mercadorias mobilizava os comerciantes com as reposições de estoques, os produtores rurais que encomendavam os produtos e insumos agrícolas para utilização nas lavouras e os

²¹ Vida real: Detroit Michigan retratado no documentário de Michael Moore, Roger e Eu e na ficção Segunda feira ao sol, de Fernando Aranoa.

pecuaristas se deslocavam para receber as rações, alfafas e insumos que eram carregados nos carroções puxados pela junta de bois e carroças com cavalos. A moradora L.A.T.²² descreve bem a importância de como era a vida dos moradores do Distrito em relação à estação férrea:

“os estudantes vinham tudo de trem para casa, e daí quando iam estudar né eles paravam lá fim de semana eles vinham pro Arroio e no domingo de tarde eles pegavam o trem e iam tudo para Santa Maria estudar, daí só voltavam na sexta de noite, daí tinha bastante gente....bah era bem movimentado, tinha engenho de arroz, os Trevisan tinha funcionário, bastante, vinha o trem descarregar, trem de carga né arroz.....era bem movimentado o Arroio”.

No passado, outras atividades também promoviam o encontro da comunidade, como era o caso dos rodeios e concursos de laços e corridas de cavalo nos finais de semana. Estas atividades com cavalos até hoje movimentam o Distrito nas competições, incrementando a economia local e a interação da comunidade local com as comunidades e cidades vizinhas. A prova do laço movimentam muitos competidores, atraídos pela premiação.

Igualmente, a Chegada dos jornais da cidade era uma atração para conhecimento das novidades e reportagens diversas, além de movimentar as rodas de conversas no entorno da estação férrea que eram abastecidos pelos quitutes dos vendedores ambulantes.

Também de acordo com a memória de moradores, Richter (1997) afirma que por volta de 1910, às famílias eram muito unidas. Havia o hábito do “baile surpresa”, onde mais ou menos 20 pessoas se reuniam em companhia de um gaiteiro e em uma determinada residência realizavam reunião dançante. Nos bailes, por volta da meia-noite, servia-se café com leite e pão. Os casais que não tinham com quem deixar os filhos levavam juntos e deixavam dormindo num dos quartos da casa. Muitos dos bailes se realizavam no salão do seu Manoel, apelidado de Manequinho Maneta, possuidor de uma barraca que comercializava couros. A iluminação era feita com candeeiros (aparelho com pé ou de suspensão utilizado para iluminar, queimando nele óleo ou gás inflamável) a querosene. Posteriormente, utilizou-se o gás acetileno. Conforme trabalho de campo com os moradores, estes relataram que a tradição de bailes foi incorporada ao hábito dos moradores do Distrito com a participação destes em bailes realizados em outras localidades do próprio Distrito. Hoje continua sendo assim, com o incremento dos bailes da terceira idade, que fazem revezamento de locais, para realização dos bailes nas localidades próximas.

²² Disponível em: itvovo.org, acesso em 31/05/2018

Conforme Richter (1997), foi no início da década de 50 que a localidade ganhou uma sede para a realização dos bailes, fundação do clube União, foi articulada com a colaboração dos moradores do Distrito e interessados. Nesta sede eram realizados aos domingos a chamada reunião dançante e rodada de pingue-pongue, atraindo a juventude da vila. Os bailes eram realizados mensalmente. Nos dias atuais, conforme entrevista com moradores, agora se realiza bailes no CTG Vitório Mário, na semana farroupilha, em março é realizado o baile de aniversário do CTG.

Dados de Richter (1997), data que em 1937, inaugurou-se a capela São João Batista, fruto de um esforço da comunidade. O padre vinha de trem aos sábados para rezar a missa nos domingos, partindo na segunda-feira e às vezes na terça-feira. Duas festas anuais são realizadas até hoje, São João Batista em junho e a de Nossa Senhora do Rosário em outubro, unindo moradores do Distrito e Distritos vizinhos, cidades vizinhas, além da participação de autoridades públicas conforme relatos de moradores da comunidade. Na festa é servido churrasco, galeto, risoto que foi introduzido a partir de 1939, maionese e pão ao ar livre.

Foto 11 - Capela São João Batista



Fonte: Trabalho de campo, Junho de 2018.

Conforme levantamento de dados realizado pela presente pesquisa, no ano de 2017, excepcionalmente, pela primeira vez não houve a festa do São João Batista. O motivo alegado pela comissão organizadora foi que não tinha gente disponível para organizar o evento. Seria o octagésimo aniversário do padroeiro da capela. Estas festas religiosas são de extrema importância para o Distrito, pois movimentam a economia local e também, é importante para os comerciantes exporem seus produtos, para os moradores locais e para muitos visitantes que participam do dia festivo na comunidade. Também é realizado jantar baile no salão da Igreja São João Batista com pessoas de localidades e cidades vizinhas como Restinga Seca e Formigueiro. Em agosto tem o baile promovido pelo grupo da terceira idade “Vale a Pena Viver”.

A desativação das vias férreas pelo governo federal foi um ato claro de concordância com as políticas neoliberais adotadas por grupos de interesse, que teve no governo brasileiro

o seu total apoio. Lançou-se mão de um discurso de estado mínimo para fazer frente às novas demandas e imposições do mercado e a falta de investimentos públicos para modernizar a indústria brasileira frente à concorrência com empresas estrangeiras, ajuste fiscal, além do discurso de pagar a dívida interna e externa do país.

Segundo Cardoso (2003), em países como EUA e Inglaterra não vingou a ideia de “Estado mínimo”. Nesses, a desregulamentação das relações econômicas e sociais se deu de forma segmentada, mesmo no mercado de trabalho. Foram preservadas zonas de organização social, como as relações de trocas comerciais entre blocos regionais. Estes estados defenderam os interesses das empresas pátrias junto a organismos reguladores do comércio internacional e contra os outros Estados nacionais. Conforme Cardoso (2003), em países como Alemanha e Japão, o governo formulou e implementou políticas industriais, coordenando e financiando o investimento privado. Cardoso (2003) cita ainda que a ideia de Estado mínimo que alimenta o discurso neoliberal, tem como destino preferencialmente os governos de países do sul, neste caso, que o Brasil se enquadra.

Para Costa (2012), nos tempos atuais de acirrada competição entre empresas, a vitória de uma empresa não é só a derrota da vizinha, mas pode ser a condenação e desativação econômica de um território inteiro.

Conforme relatos de moradores e trabalho de campo, podemos dizer, que a desativação das vias férreas, afetou diretamente as atividades econômicas, sociais e políticas do Distrito do Arroio do Só. A saudade das atividades desenvolvidas no entorno da estação movimentava o cotidiano dos moradores através das trocas de informações, compras e vendas de produtos e o vai e vem de moradores para outras localidades, podemos dizer que o trem que passava pela estação era um meio de transporte mais democrático, econômico e mais rápido.

O dinamismo econômico, social e cultura indicado acima, sofreu o impacto dos novos rumos econômicos do país, ou seja, as esferas da vida cotidiana da comunidade foram abaladas por movimentos macro econômico e político que não podem ser compreendidos exclusivamente a partir do distrito em particular. Essa é a razão do esforço desse estudo em trazer detalhes sobre a vivacidade que esteve presente nessa localidade, bem como observar o que se transformou e o que permanece na experiência dos moradores. Não se trata de saudosismo referente a um passado de ouro, mas, sim, a sensibilidade para perceber que a relação entre interno e externo (Harvey, 2014), quer dizer, entre global e local precisam ser dialeticamente compreendidas. O Distrito Arroio do Só está no mapa global, por mais pequena e remota que seja essa comunidade. Apesar de ter suas próprias dinâmicas – que não

são determinadas nem se reduzem ao movimento geral das da economia global e políticas neoliberais, ainda assim, esse cenário precisa ser abordado em diálogo com esses movimentos gerais.

1.6. A FERROVIA

Segundo Ianni (2005), a exigência da economia capitalista mundial, através da globalização, vai interferir nas relações econômicas mundiais, seja nos meios de produção, forças produtivas, tecnologia, divisão internacional do trabalho e do mercado mundial, fatos estes amplamente influenciados por empresas, corporações ou conglomerados multinacionais, transnacionais, mundiais, globais, planetários. Para Ianni (2005), o neoliberalismo adquire predomínio mundial, como ideologia e prática, modo de compreender e agir, forma de gestão do mercado e poder político, concepção do público e privado com ordenação da sociedade e visão de mundo. Todas essas características globais configuram uma sociedade universal como uma forma de sociedade civil mundial, promovendo o deslocamento das coisas, indivíduos e ideias, o desenraizar de uns e outros, uma espécie de desterritorialização generalizada.

Desde a construção das vias férreas em 1885 e a fundação do Distrito do Arroio do Só em 1896, a localidade foi rapidamente ocupada e praticamente dobrou a população. Conforme dados apontados, a população passou de 2.772 para 4.685, em pouco mais de uma década. Dados históricos, relatos e entrevistas mostraram que o entorno da estação, além do trânsito de pessoas e mercadorias, havia uma movimentação diária dentro do Distrito, uma vida social diária e intensa, segundo relato dos moradores. Era grande o movimento de carretas e carroções pelas ruas, em direção à estação, umas para carregar e outras para descarregar arroz nos engenhos. Carroções formavam filas esperando o trem para despachar produtos, enquanto isso as pessoas descansavam, bebiam, conversavam, compravam nas casas bem sortidas e faziam suas refeições no hotel. Havia um território capitalizado com dinheiro circulando diariamente, não só por homens de grandes negociações, mas também de comerciantes de estabelecimentos pequenos e vendedores ambulantes que vendiam seus produtos coloniais na estação férrea.

No início da década de 20, Arroio do Só possuía mais ou menos 40 casas, cuja vida era em torno da estação férrea. No local existia um edifício da estação férrea, casa que pertencia a RFFSA que morava o chefe da estação, a casa de pasto (pousada), a casa de comércio, a casa da Senhorinha Silveira Braga (que quando havia corrida de cavalos em

cancha reta, esta armava uma tenda para vender galinha assada, doces e pães) e a casa de Justino da Rocha Barcellos (que ficava na parte da frente um armazém).

Os médicos que atendiam os pacientes do Arroio do Só moravam na cidade de Santa Maria, especificamente na Avenida Rio Branco e no Largo da Acampamento. Hoje de trem, o tempo gasto com o deslocamento seria em torno de cinquenta por cento menos do tempo que se leva de carro, sem contar com os congestionamentos. Para o poder público também seria uma economia, porque todos os profissionais da saúde, que atendem no posto deslocam-se com o veículo fornecido pela prefeitura, uma economia de tempo, no valor do deslocamento, disponibilidade deste veículo para outros atendimentos necessários ou até mesmo sua não aquisição se fosse só por este deslocamento o seu motivo e despesas do veículo, pois conforme descrito anteriormente, o péssimo estado das estradas proporcionam um maior desgaste dos veículos.

A Loja Barateira vendia (calçados, fumo, bebidas) secos e molhados com depósito de lenha e posto de gasolina, era agente da Standart Oil Company do Brasil. Havia aproximadamente 20 chalés de ferroviários – “os tucos” que consertavam a estrada de ferro. Com o declínio da ferrovia as famílias estabeleceram-se em Restinga Seca e as casas foram desmanchadas.

Segundo relatos enquanto estava funcionando as ferrovias estes movimentavam o entorno da estação com suas presença e atividades de manutenção das vias férreas.

O trem de passageiros passava quatro vezes ao dia, parando durante 15 minutos na gare. Era a oportunidade de comprar jornais, revistas, bolachinhas e demais iguarias do buffet do carro-restaurante. Namoros, acertos políticos e fofocas sussurravam na estação.

Outro ponto a ser considerado é a interação social das pessoas da localidade, além do que as conversas informais que se tinha no trem era como ler um jornal, pois o bate papo proporcionavam trocas de informações entre as pessoas no trem, os bochichos como se falava “os antigos”.

Conforme fatos expostos acima, a desativação das vias férreas pelo poder público, influenciou as interações sociais cotidiana das pessoas do Distrito, nas suas relações econômicas, e no esvaziamento populacional da localidade. Com a desativação das vias férreas pelo poder público o esvaziamento populacional, de estabelecimentos comerciais, relações sociais e relações econômicas foi se agravando. Estabelecimentos comerciais foram fechados por não haver população para consumir produtos e serviços. O ponto de encontro das pessoas, neste caso a estação, foi desativada. As pessoas da localidade foram para a cidade de Santa Maria e outras cidades próximas à procura de emprego e de melhores

condições de infraestrutura pública. Pessoas que trabalhavam na estação e na manutenção das vias férreas foram indenizadas e perderam seus empregos. Conforme relatos dos entrevistados, constatações e levantamentos, podemos dizer que a localidade foi deixada de lado pelo poder público.

Essa questão nos remete as reflexões de Harvey (2014) sobre o fato de que, muitas vezes, as tomadas de decisões dos agentes públicos e econômicos mais bem posicionados não considera o impacto nos territórios. Quer dizer, com frequência, as comunidades não entram nos cálculos e planejamentos, sendo as consequências que recaem sobre elas consideradas como resultados inevitáveis de decisões supostamente necessárias.

No caso do Arroio do Só, a propósito do atendimento médico que podia ser realizado diariamente no hospital, agora é realizado no posto de saúde, em anexo, a subprefeitura, uma vez por semana. Sendo de quinze em quinze dias realizados, duas vezes por semana. O deslocamento desses profissionais da saúde é realizado pelo transporte da prefeitura.

Os estabelecimentos comerciais, que são poucos, suprem a comunidade com o básico. Estes moradores tem que se deslocar para a cidade para adquirir produtos de primeira necessidade para casa. O deslocamento é feito pela grande maioria de ônibus, três vezes por semana, no valor médio de R\$ 20,00, ida e volta, pois dois dias na semana não há transporte público. A outra opção é feita por moradores que possuem carro e deslocam-se para cidade de carro próprio.

O abandono do poder público é assunto citado pelos moradores no que toca ao estado de conservação das estradas, um dos temas mais falados e criticados no distrito. O trabalho de campo apontou, como sendo unanime a necessidade de melhoria das estradas pela prefeitura municipal. Em reportagens publicadas por um jornal da cidade, e exposto nos dias 08/06/2017 (nº 4.637) e 14/06/2017 (nº 4.642), mostram em fotos, relatos e palavras, o estado precário de conservação das estradas. As consequências para a comunidade e para localidade é a suspensão das aulas e o atraso na entrega de mercadorias como o de hortifruti que abastece os estabelecimentos comerciais da região e da cidade de Santa Maria, que tem a saída pelo Distrito de Pains. Esta última reclamação foi feita por um morador, por ocasião do trabalho de campo realizado no dia 04/10/2017, às 9:40h, no salão da Capela São João Batista, quando estiveram presentes o vice-prefeito e secretários de obras e infraestruturas rural da cidade. O último sublinhou que empresas estão se negando a entregar mercadorias no distrito por causa das condições das estradas. Um morador faz a seguinte colocação abaixo descrita:

“Cechin ... esse Arroio nunca esteve na situação que se encontra hoje. O distrito do Arroio tem que trabalhar de forma integrada com o distrito de Paim e Palma”. (entrevista, F.S.M., 2017).

Pedem a presença do subprefeito no distrito para saber a situação do lugar, subprefeito reclama de falta de apoio da prefeitura para ele poder desempenhar suas funções de forma satisfatória.

Em pesquisas de campo, se verificou que a prestação de serviço público de água e luz é considerada satisfatória pelos moradores. Mas pedem melhorias no serviço de telefonia, tendo em vista que somente uma operadora funciona no distrito do Arroio do Só. O serviço de esgoto na localidade não existe.

Podemos dizer que a consequência da desativação das vias férreas trouxe para o Distrito Arroio do Só várias consequências sociais e econômicas, fruto de uma decisão política do governo brasileiro.

Podemos dizer que tais circunstâncias indicadas acima estão vinculadas a vários aspectos, dos quais sublinhamos sobretudo a desativação das vias férreas do Distrito Arroio do Só, em razão da centralidade econômica, política e social que a mesma ocupava na comunidade.

Os acontecimentos ocorridos, essencialmente, a partir dos anos noventa nessa região, são semelhantes a outros processos observados em diferentes regiões do país. O período se caracteriza pelo fechamento de uma série de empreendimentos, atingindo quase todos os mercados regionais com a elevação exponencial do desemprego, aumento dos contingentes de ocupados com vínculos empregatícios precários e desproteção social (Druck e Borges, 2002).

A diminuição da presença do Estado na localidade aumentou o número de desempregados, a precariedade nas relações de trabalho e a exclusão social nas prestações de serviços de forma satisfatória pelo poder público.

A diminuição da presença do Estado na localidade aumentou o número de desempregados, a precariedade nas relações de trabalho e a exclusão social no que toca as prestações de serviços pelo poder público.

A importância da presença do Estado se verifica, entre outros, numa queda na proporção de pobres na população, somente possível com o avanço do gasto social, estimulado pela Constituição Federal de 1988 (Antunes, 2011). É essa presença que se arrefeceu com a mudança de perfil do governo, no sentido de articular globalização e intensificação das políticas neoliberais.

Capítulo 2 – A questão do território a partir do caso do Arroio do Só

2.1. TERRITÓRIO

Vamos aqui fazer uma distinção que será muito importante para o presente estudo. Conforme Heidrich (2008), território tem o sentido concreto de domínio, mas também tem o significado simbólico de apropriação. O mesmo autor distingue apropriação de dominação, sendo o primeiro um processo simbólico carregado de marcas do “vivido” com valor de uso, enquanto que o segundo é num sentido mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca. Seguindo Heidrich (2008), dominação e apropriação caminham juntas, mas a apropriação prevalece sobre a dominação, porém a dinâmica capitalista fez com que a dominação sobrepujasse quase completamente a apropriação, sufocando as possibilidades de uma efetiva “reapropriação” dos espaços, dominados pelo aparato estatal-empresarial e/ou completamente transformados em mercadoria. O espaço trabalhado por Heidrich, é analisado no sentido de apropriação da própria natureza e dominação com característica da sociedade capitalista.

Assim podemos dizer que território, conforme Heidrich (2008), em diferentes combinações, é funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço, tanto para realizar funções quanto para reproduzir significados. O território é funcional como recurso de proteção ou abrigo (lar para nosso repouso), seja como fonte de recursos naturais – “matérias-primas” que variam de importância de acordo com os modelos de sociedades vigentes, como é o caso do petróleo no atual modelo energético capitalista.

Segundo Heidrich (2008), nas sociedades de controle vigora o controle da mobilidade, dos fluxos (redes) e, conseqüentemente, das conexões. O território passa, então, gradativamente de um território mais zonal ou de controle de áreas para um território-rede ou de controle de redes. Tendo no movimento ou mobilidade um elemento fundamental na construção do território.

No caso aqui em estudo, a localidade neste momento deixa de ser o entroncamento das vias férreas da região central, perdendo a relação social e econômica das vias férreas com a população que vive em seu entorno. Passa a ser apenas um ponto de passagem de cargas, ou seja, de escoamento da produção principalmente de soja e milho que se destina essencialmente à exportação.

Outra diferenciação para ser considerada é a de governos, conforme Heidrich (2008) existem dois modos opostos de governo ou lógica de poder, em relação à dinâmica entre o capital (ou espaço econômico) e a organização relativamente estável do espaço político. Os governos territorialistas identificam o poder com a extensão e a densidade populacional de seus domínios, concebendo a riqueza como um meio de busca pela expansão territorial. Já os governos capitalistas identificam o poder com a extensão de seu controle sobre recursos escassos e consideram as aquisições territoriais um meio e um subproduto da acumulação de capital.

Conforme Cardoso (2003), o governo brasileiro empreendeu reformas econômicas com abertura comercial e reformas do Estado, principalmente via privatizações e ajuste fiscal para desobrigação com a sociedade civil.

De forma clara fica aqui exposto a passagem do controle das vias férreas das mãos públicas para a iniciativa privada, neste caso para o controle da empresa América Latina Logística.

A flexibilidade territorial permite que alguns grupos, em geral os mais privilegiados, usufruam de uma multiplicidade inédita de territórios, seja no sentido da sua sobreposição num mesmo local, seja da sua conexão em rede por vários pontos do mundo. A multiterritorialidade funcional e simbólica da elite ou burguesia globalizada (Heidrich, 2008).

Tal qual Costa (2004), Heidrich (2008) indica que dentro das novas articulações espaciais em rede surgem territórios-rede flexíveis onde o que importa é ter acesso ou aos meios que possibilitem a maior mobilidade física dentro das redes ou aos pontos de conexão que permitam jogar com as múltiplas modalidades de território existentes, criando a multiterritorialidade.

Segundo Martins (1997), é uma situação espacial e social que convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida e à mudança social. É mais do que um deslocamento da população sobre novos territórios. Seguindo Martins, a expansão pioneira dominada pelos agentes da modernização, sobretudo econômica, está associada à economia capitalista, mentalidade inovadora, urbana e empreendedora.

Para Fernandes (2004), o território pode ser determinado pelo capital em uma região, com suas diferentes formas de intensidade, socializando e expropriando, incorporando e excluindo, não somente os camponeses, mas também os próprios capitalistas. Mas segundo o autor, também pode ser o espaço geográfico de uma nação, região, Estado, microrregião, município, bairro, rua, de uma propriedade e de partes de uma moradia. Também pode

significar espaços sociais, em diversas dimensões como culturais, políticas, econômicas, históricas, ou seja, relações sociais em sua complexidade, espacialidade e temporalidade.

No caso em particular da pesquisa o impacto aqui se deu para os pequenos comerciantes locais do Distrito, que utilizavam o trem para carga e descarga de mercadorias, para todas as pessoas envolvidas na manutenção da ferrovia como os “tucos” que consertavam e mantinham as vias em condições de trafegabilidade para os trens, para os grandes comerciantes de arroz que vendiam sua produção para o próprio governo e para exportações e para o setor mobiliário nos entornos das vias férreas que viram os clientes indo embora e o preço dos imóveis despencarem, perdendo assim os seus investimentos imobiliários. Fato este relatado abaixo por uma moradora do Distrito durante a pesquisa de campo, descrevendo o sentimento do esvaziamento do local:

“o despovoamento do distrito foi por causa da paralização do trem de passageiros, porque o distrito cresceu por causa da estação férrea”. (entrevista, J.V.F.A., 2017).

Em sentido semelhante Fernandes (2004) conclui que num território com relações precarizadas de trabalho e intenso desemprego, o poder de decisão de como o território será desenvolvido está em alguns territórios e não está em outros, porque esta decisão tem que seguir conforme os interesses do grande capitalista.

Segundo Costa (2012), esses territórios formam muitas vezes um aglomerado de exclusão, espécie de amontoados humanos, instáveis, inseguros e geralmente imprevisíveis na sua dinâmica de exclusão. Podemos dizer que no caso específico do distrito do Arroio do Só, a indiferença da empresa ALL é o mais grave, com o aval do governo brasileiro encerraram os empregos aos moradores da localidade, apontando para o fato de que empresas desse porte não tem compromisso com os territórios.

A globalização, para Fernandes (2004), deve ser entendida nos seus impactos, transformações e desenvolvimento, nos campos econômicos, políticos, culturais e sociais, transpondo pequenos locais, como um território que representa um pequeno lugar, mas também várias localidades que formam uma região, que também pode ser a totalidade de um país; com a conseqüente transposição transnacional, de interesses mediados por grupos de interesses globais, e com o aval dos governos nacionais. Seguindo Fernandes (2004), este desenvolvimento gera simultaneamente conflito, promove transformação de territórios, paisagens, criando comunidades, empresas, municípios, mudando sistemas agrários, bases técnicas, completando mercados, refazendo costumes e culturas, reinventando modos de vida.

Para Costa (2012), aqui fica evidenciada a noção de um aglomerado de exclusão de pessoas instáveis, sem empregos e inseguras quanto a seu futuro. Costa (2012) menciona que o modelo político-econômico neoliberal do Brasil estimulou a proposição de inclusão precária e instável, marginal, em termos daquilo que é racionalmente conveniente e necessário à mais eficiente e barata reprodução do capital.

O controle político rege as relações de mercado, a partir da lógica do capital. Essas regras são determinadas por lei, representando interesse de classes, que são votados no Congresso Nacional. Assim, os capitalistas, denominados por Fernandes (2004) também de ruralistas, procuram sempre que possível deslocar as políticas agrárias para o mercado. Como bem menciona Fernandes (2004), as políticas neoliberais demarcadas pela globalização expandiram as potencialidades da agricultura capitalista, dando-lhe um novo nome, o chamado agronegócio. O autor cita que a abertura do mercado brasileiro na década de 90 – proporcionou para a produção primária de exportação um aumento com uma intensa territorialização do capital, aumentando o desemprego, produzindo riquezas, misérias e conflitos. Aqui o autor nos indica como o governo brasileiro se “deixou levar” pelo capital financeiro globalizado. Realmente demonstra que o agronegócio de mãos dadas com o governo e o Congresso Nacional caminharam juntos para privatizar as ferrovias, passando da máquina pública para iniciativa privada, para transportar os seus grãos de soja e milho, especificamente, neste local que passa a se tornar somente um ponto de passagem dos produtos para exportação, esta localidade em contra partida, ganha somente a exclusão econômica e social para seus moradores.

De acordo com Fernandes (2004), a agricultura capitalista, na nova onda da globalização, tem a denominação de agronegócio, territorializada, expropriando e promovendo o conflito juntamente com o desenvolvimento.

O efeito local da globalização, aqui como objeto de estudo deste trabalho de graduação, converge mais precisamente na década de 90, conforme Ramalho e Oliveira (2013):

“Na virada dos anos 1990, no entanto, os impactos sociais da globalização econômica e das políticas neoliberais se fizeram sentir nas sociedades latino-americanas. Observou-se “uma desconcentração do poder do Estado nacional, reorientado por formas em favor do mercado””.

Esta globalização trouxe um crescimento da dívida social, juntamente com o desemprego. Este efeito aumentou a informalidade e a vulnerabilidade das mulheres e dos

jovens trabalhadores, o esvaziamento das negociações coletivas e das ações sindicais com a consequente precarização das relações de trabalho, conforme Ramalho e Oliveira (2013).

Para Fernandes (2004), com a intensa mecanização da agricultura e com o desemprego estrutural, na década de 1990, nos campos das regiões Sul, Sudeste e Nordeste, a participação de trabalhadores de origem urbana aumentou. E o que vimos foi o descaso total do governo com o êxodo rural desses, sem ao menos oferecer algum incentivo de qualificação ou algum programa de amparo dessas pessoas para prepará-las para sua ocupação nas cidades urbanas.

Segundo Ramalho e Oliveira (2013), as mudanças do mundo do trabalho, originadas pela reestruturação produtiva, introdução de um padrão flexível na organização dos processos de trabalho, como suposição de trabalhar com novas tecnologias, e em igual tempo, estabelecer novos parâmetros para as relações salariais, capacidade de deslocamento geográfico das empresas e sua reestruturação em rede, como forma de obter vantagens comparativas; todos esses elementos aparecem como forma diferenciada na realidade econômica e social dos países da América Latina.

Conforme Ramalho e Oliveira (2013), na tradição crítica do pensamento sociológico brasileiro e latino, os aspectos de flexibilização são objetos de questionamentos e se valoriza uma linha de pensamento que mostra as consequências sociais desse processo, a “precarização” do trabalho e seus efeitos sobre a organização da sociedade. Isto trouxe uma política de reestruturação das empresas e de expansão das redes globais de produção com modelos econômicos de perfil neoliberal que acarretaram num impacto profundo nas relações de trabalho no Brasil.

Para Fernandes (2004), o processo de políticas neoliberais trouxe a flexibilização do trabalho, fortalecimento do mercado com amplas aberturas, diminuição do poder do Estado, com restrição dos movimentos sindicais e movimentos dos camponeses, de aumento do desemprego, em contrapartida a todas essas alterações, o governo criou políticas compensatórias.

Os trabalhadores que não se encaixaram no novo modelo neoliberal, ficaram submetidos e sofreram os impactos, segundo Ramalho e Oliveira (2013), do alto grau de informalização do mercado de trabalho, presença da exclusão e da pobreza, permanecendo como traços marcantes, mantendo-se este perfil de trabalho também nos anos 2000.

O Distrito de Arroio do Só foi fortemente atingido com a perda de postos de trabalho, por mais dois motivos, em específico na década de 90, mecanização do campo e a desativação das vias férreas pelo governo de FHC. A mecanização do campo como é de

notório conhecimento público, reduziu drasticamente os postos de trabalho. Conforme Fernandes (2004), com a intensificação da mecanização na agricultura e com o desemprego estrutural, na década de 1990, nos acampamentos da região sul, sudeste e nordeste, a participação de trabalhadores de origem urbana aumentou.

Ianni (2005), cita também que o público e o privado são articulados pelas técnicas da razão instrumental, tanto as realidades micro como as macro e as metas, mostrando que a razão instrumental logo se revela uma poderosa lógica da máquina do mundo. Por razão instrumental o autor entende um conjunto de normas e técnicas subjetivas envolvidas na modernização que ultrapassam ou dissolvem fronteiras de todos os tipos locais, nacionais, regionais, continentais, ultrapassam e dissolvem barreiras culturais, linguísticas, religiosas ou civilizatórias.

Para Santos (2011), no contexto do neoliberalismo, o Estado acaba por ter menos recursos para tudo o que é social, mas financiam as empresas estrangeiras candidatas à compra do capital social nacional, não que o Estado se ausente ou se torne menor, ele apenas se omite quanto ao interesse das populações e se torna mais ágil, mais presente, ao serviço da economia dominante.

Segundo Machado da Silva (1990), desde a década de 30, o Brasil urbano apresentava condições mais básicas para imposição do assalariamento. O autor segue mencionando que a economia estava monetarizada, fazendo com que os trabalhadores buscassem elementos da sua reprodução nos mercados de consumo, era preciso vender sua força de trabalho no mercado, uma vez que não detinha os instrumentos de trabalho. Tudo isso sendo possível, o controle e a regulação deste movimento, para torná-lo orgânico e disciplinado têm sido uma das funções básicas do Estado em países capitalistas, No Brasil, as formas de regulação do trabalho sempre foram frágeis e superficiais. Conforme Machado da Silva (1990), nem nos momentos iniciais nem posteriormente o Estado conseguiu respaldar valores culturais relativos às condições e ao momento em que parcelas da população poderiam se apresentar no mercado como oferta de trabalho. Seguindo o autor, nenhum atributo ou condição de idade, sexo e educação veio constituir uma barreira clara e universal à entrada e saída do mercado de trabalho. Este último não estabeleceu e nem instituiu o seguro desemprego, previdência, etc.

Machado da Silva (1990) ratifica que sem posições institucionais reconhecidas fora do mercado, suas fronteiras se tornam indefinidas. Tal incapacidade do Estado brasileiro de desempenhar suas funções básicas, referentes à regulação do trabalho e a fiscalização trabalhista notificou os proprietários ho, produziu graves problemas de legitimidade da

autoridade política e, portanto sua fraqueza. Machado da Silva (1990), ainda complementa que ausência de suporte político-institucional para um conjunto claro e definido de posições fora do mercado socialmente reconhecidas torna excludente uma massa amorfa de trabalhadores em disponibilidade, situação esta que também afeta os trabalhadores eventualmente empregados, que num quadro de permanente excesso de mão de obra também não passam, a longo prazo, de trabalhadores disponíveis ao mercado.

Conforme levantamento de campo, as consequências das privatizações das vias férreas, a mecanização do campo e o efeito da globalização, como ações do movimento neoliberal, que ocorreram com o consentimento e aprovação do governo brasileiro e do Congresso Nacional, tiveram um impacto profundo nas relações de trabalho e agravaram a precarização das políticas públicas. O governo nem mesmo se solidarizou com as consequências dessas causas. A falta de política pública do governo para recuperar essas comunidades com empregos e incentivos para permanecer no local reforçou esse descompromisso com os impactos locais das medidas neoliberais.

Segundos relatos dos moradores, esse local foi fortemente atingido, resultando na restrição do emprego, fechamento de estabelecimentos comerciais e agravamento da situação de infraestrutura da localidade. O impacto da desativação das linhas férreas na região e principalmente na economia do local é comentada e lembrada pelos moradores. Em entrevista, um morador expõe a importância da linha férrea para o Distrito:

“sim impactou, porque os distritos vizinhos vinham se abastecer em Arroio do Só” (entrevista, N.M.F.T.S., 2017).

“o que mudou muito foi o negócio da faixa né...da BR ali que daí terminou os trem, e o pessoal saiu daqui para estudar e não voltou mais.” (entrevista, L.A.T., 2014).

“Nós tinha posto de gasolina, tinha hospital, nós tinha o trem passageiro que era atração do pessoal era o trem passageiro”. (entrevista, E.L.S., 2014).

No Distrito do Arroio do Só o contrato por tempo determinado rege a cultura da batata inglesa²³, introduzida pela colonização alemã no hábito do consumo. O contrato é válido pelo período de três meses. O plantio ocorre nos meses de quinze de agosto a quinze de setembro, e no final do verão de quinze de fevereiro a quinze de março, são usados para as

²³ Disponível em: <https://www.agencia.cnptia.embrapa.br>, acesso em 20/11/2017.

peessoas que trabalham nesta cultura. Conforme relatos de campo, em tempos anteriores as pessoas que trabalhavam nesta cultura, sem nenhum vínculo empregatício e/ou contratual, eram recolhidas pelo caminhão estrada a fora e eram trazidas para a lavoura. Esta modalidade de atividade informal deixou de ser utilizada, porque esta atitude foi denunciada, e a fiscalização trabalhista notificou os proprietários da plantação, para que se enquadrassem nos moldes das leis trabalhistas.

Outra atividade que tem contrato por tempo determinado é a cultura do porongo, no qual os proprietários de terras plantam, e num outro modelo, os pequenos produtores arrendam²⁴ a terra, para plantar porongo em regime de economia familiar e, se utilizam dessa cultura para aumentar a renda familiar. Os pequenos produtores pagam pelo uso da terra num tempo determinado em contrato, tempo este de no máximo oito meses. A época do plantio se dá de 15 de agosto até 20 de setembro, dependendo das condições climáticas, e a colheita se dá em abril e no máximo em maio. Em valores atuais, o arrendamento da terra em hectare está entre R\$ 1.200,00 a R\$ 1.500,00, o arrendatário assume o risco total por conta própria. Esta relação se estabelece pelo regime de economia familiar, em que todos os integrantes da família trabalham na produção e beneficiamento do porongo.

²⁴ Arrendadores cederão aos arrendatários um imóvel rural específico para a exploração

Foto 12 - Abajour de porongo



Fonte: Trabalho de Campo, Setembro de 2017.

Foto 13 - Casa de passarinho

Fonte: Trabalho de Campo, Setembro de 2017.

Os jovens que ajudam nas atividades laborais recebem a sua retribuição pecuniária, logo, perdem o interesse pelos estudos, contribuindo para os índices de abandono e ausência na Escola. A Escola aciona o Conselho Tutelar que reintegra este aluno na Escola novamente, mas o interesse pelos estudos já não é mais o mesmo, em aula desenvolvem as atividades de forma relapsa e descontínua. Com frequência, quando o aluno completa a maioridade este aluno para de estudar e retorna ao trabalho, com jornada de trabalho integral. A atividade do porongo exige um volume significativo de mão de obra, porém pouco qualificada. A atividade é responsável pelo emprego de muitas pessoas na fase do seu beneficiamento, requisitando muitas pessoas para este trabalho, dentre eles muitos jovens atraídos pelo seu primeiro contato com o dinheiro, pois recebem por dia de trabalho, valores que giram em torno de R\$ 20,00 / dia. O trabalho de campo também mostrou que como o custo de vida no distrito é baixo e as pessoas são de vida simples, até mesmo a remuneração da bolsa família, Programa do Governo Federal, significa um valor considerável para ajudar no orçamento das famílias beneficiadas por esse programa. No levantamento de campo feito

junto à secretaria da Escola²⁵, cerca de 24 por cento dos alunos são beneficiados por este programa.

Aqui, conforme explicitado em parágrafos anteriores, os vários jovens se despertam para o mercado de trabalho, tendo em vista que o trabalho oportuniza a retribuição em dinheiro, trabalhando junto à família, parentes próximos ou até com terceiros que são muitas vezes vizinhos. A partir de pesquisa de campo, entrevistando os jovens que trabalham nas cuias, observa-se que o jovem é atraído por ganhar seu próprio dinheiro e se orgulha disso, pois passa a ajudar a pagar as despesas da família e seus desejos de consumo. Neste momento muitos jovens perdem o interesse pelo estudo, evadindo-se da Escola, conforme pode ser visto na tabela 1 indicada a seguir:

Tabela 1: Evasão escolar na E.E.E.M Princesa Isabel

Ano	Evasão escolar (%)
2010	9,52
2011	12,66
2012	5,71
2013	0,74
2014	4,31
2015	11,87
2016	10,63
2017	8,63

Fonte: Trabalho de Campo, Setembro 2017.

O levantamento de campo também traz relatos de que muitos jovens trabalham em regime de meio turno, com o tempo de duração de 5 horas, quando estuda pela manhã. Recebe um valor de R\$ 22,50 a 25,00, em valores atuais, sem vínculo algum.

Os empregados por tempo indeterminado trabalham o dia todo (na cultura do porongo) e recebem em torno de R\$ 45,00 por dia e, com carteira de trabalho assinada.

²⁵ Escola Estadual de Ensino Médio Princesa Isabel, 2017.

Conforme representante da EMATER, este salienta a importância e a dificuldade da cultura do porongo na comunidade do distrito, assim relata:

“A matriz produtiva do porongo também é um dos fatores, pois demanda de mão de obra braçal pouco qualificada e sem necessidade de estudo, além da remuneração ser baixa”. (entrevista, G.G.S., 2017).

O apoio estadual na localidade é dado pela EMATER, que tem presença constante na parte técnica, social e ambiental do Distrito. O município dá assistência através de programas municipais da SMDR (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural) e das secretarias de educação e saúde, conforme relatos do representante da EMATER. A SMDR, com auxílio da EMATER, desenvolve o Programa Bolsa Juventude Rural, que tem a finalidade de fixar o jovem no campo, evitando o êxodo rural. O jovem tem que estar no 3º ano do Ensino Médio, frequentando as aulas, e tem que desenvolver algum projeto na sua propriedade. O jovem recebe todo o suporte técnico e material, e, com isso, ganha uma bolsa de R\$200,00 mensais, no período de março a dezembro.

Cardoso (2003) expõe que pela insegurança socioeconômica entende-se a perda de garantias formais ou consuetudinárias de manutenção de padrões de vida, ou mesmo de expectativas quanto ao futuro, decorrentes da crescente fragilidade dos vínculos que ligam o indivíduo e famílias e, de outro lado, as fontes de obtenção de meios de vida. Para Cardoso (2003), a nova ordem competitiva mundial, redefiniu o padrão de subordinação da periferia do sistema, transformada em objeto de ganância e lucro fácil para capitais voláteis e sem rosto.

Para Castel (2010), enfatizar essa precarização do trabalho permite compreender os processos que alimentam o desemprego e a vulnerabilidade social. Castel (2010), reforça a situação de clara precarização do emprego, bem como o desemprego que se insere na dinâmica atual da modernização, como consequência das reestruturações industriais e da luta em favor da competitividade. A flexibilidade não se reduz à necessidade de se ajustar mecanicamente a uma tarefa pontual, mas exige que o operador esteja disponível para adaptar-se à demanda.

A cultura da soja também ocupa seu espaço na localidade, que conforme trabalho de campo, é uma das principais atividades no Distrito. Tem seu uso principalmente entre os pequenos e médios agricultores e, especialmente entre os agricultores que plantavam porongo, tendo em vista que aquela cultura é mais rentável do que esta. O trabalho de campo

também mostrou que o nível de mecanização na cultura da soja reduziu drasticamente as despesas com pessoal utilizadas nesta cultura. Basicamente é a família que trabalha no ciclo da plantação e comercialização da soja. Outro ponto a se salientar é que na maior parte dos casos a produção sai da propriedade do agricultor já vendida.

A cultura do arroz plantada nas várzeas segue logo atrás da soja e, também com uma intensa mecanização, deixando a participação do homem em segundo plano. O milho nos grãos ocupa a terceira posição, nos mesmos moldes de emprego da mão de obra, sendo utilizado para comercialização, produto de subsistência e para pastagens do gado.

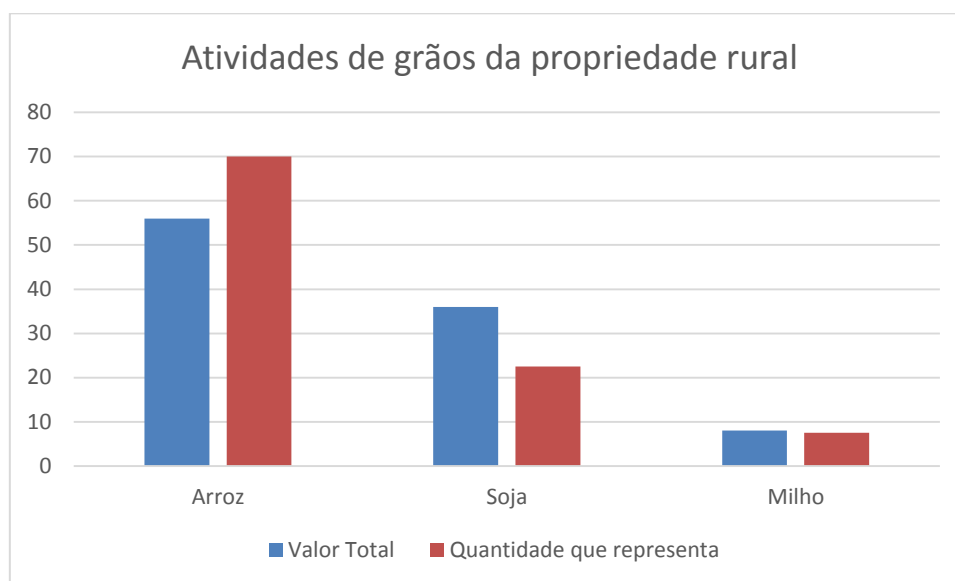
A pecuária ainda tem sua importância no Distrito, para o consumo próprio e para venda a dois frigoríficos que ficam próximos da localidade de Pains. Emprega menos pessoas do que a cultura do porongo, porém mais que as outras. As pessoas (homens) que trabalham na pecuária, também desenvolvem outras atividades correlatas, trabalham em dois turnos integrais e com carteiras assinadas, são considerados empregados domésticos. Na maioria das vezes trabalham e moram na propriedade rural, tendo acesso a casa, água e luz e muitas vezes recebem produtos para sua subsistência que são produzidos na propriedade rural. Em trabalho de campo, na propriedade rural de L.A.D.S. que trabalha com o cônjuge, em regime de economia familiar, o rendimento anual líquido é de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) com a venda das culturas de arroz, soja e a atividade da pecuária, propriedade de 62 hectares, considerada pequena propriedade rural²⁶ (imóvel de área compreendida entre um a quatro módulos fiscais²⁷). Conforme a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) cada módulo de terra em Santa Maria mede 22 ha (hectares), pois tem menos de 4 módulos fiscais, em que o trabalho é feito em regime de economia familiar (marido e mulher).

Abaixo a tabela evidencia o percentual de rendimento das três atividades de grãos da propriedade rural, conforme gráfico 1 indicado a seguir:

²⁶ Disponível em: www.incra.gov.br, acesso em 01/06/2018.

²⁷ Disponível em: www.embrapa.br, acesso em 01/06/2018.

Gráfico 1: Atividades de grãos da propriedade rural



Fonte: Trabalho de campo, Novembro de 2017.

Foto 14 - Propriedade Rural de 62 hectares

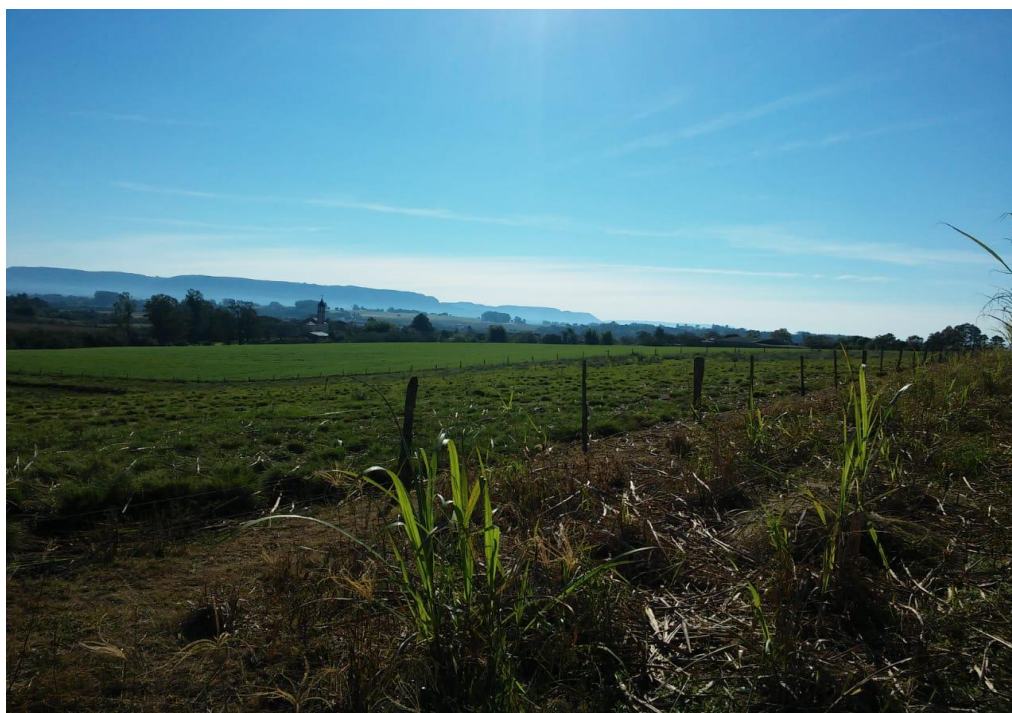
Fonte: Trabalho de Campo, Junho 2018.

Foto 15 - Propriedade Rural de 62 hectares



Fonte: Trabalho de Campo, Junho 2018.

Foto 16 - Propriedade Rural de 62 hectares



Fonte: Trabalho de Campo, Junho 2018.

Foto 17 - Propriedade Rural de 62 hectares



Fonte: Trabalho de Campo, Junho 2018.

A propriedade acima citada evidencia uma situação inversa na agricultura do Distrito. Conforme levantamento de campo, a soja ocupa primeiro lugar nos grãos e depois o arroz, mas nesta propriedade o arroz ocupa o primeiro lugar em grãos. O motivo explicado pelos proprietários é que a área de várzea ocupa uma grande extensão da propriedade favorecendo a cultura do arroz que produz mais, mesmo que a área plantada seja a mesma para as duas culturas, ou seja, dez hectares, o arroz é irrigado por três açudes da propriedade.

Foto 18 - Propriedade Rural de 62 hectares



Fonte: Trabalho de Campo, Junho 2018.

Foto 19 - Propriedade Rural de 62 hectares



Fonte: Trabalho de Campo, Junho 2018.

Nos açudes os proprietários criam peixes para comercializar na semana Santa de todo o ano, desde que o tempo seja favorável, pois em ano de seca evitam esvaziar os açudes para retirar os peixes, a água pode fazer falta para irrigação do arroz, justamente na sua fase de maior necessidade de água. Também é desenvolvida a cultura do milho para subsistência e para alimentar o gado.

Foto 20 - Propriedade Rural de 62 hectares, açude para Irrigação e para criação de peixes



Fonte: Trabalho de Campo, Junho 2018.

Atividade suína e de aves é para comercialização de produtos e também para subsistência da família. Plantam eucaliptos para comercialização futura. Arrendam terra também, cobram R\$ 1.600,00 o hectare.

Como podemos observar esta propriedade desenvolve atividades agrícolas, de soja e arroz, mas também tem atividade da pecuária, suína e a avicultura, diversificando seus ganhos e trabalhando por conta própria, sem o uso de empregados na propriedade.

Uma fábrica de cuias, localizada no distrito, passou também a investir em outras frentes de trabalho, decisão tomada após um ano ruim para atividade do porongo, passou também a produzir utensílios, suportes e bombas para recuperar o prejuízo e diversificar a produção. Este ramo cresceu tanto que substituiu o espaço das cuias, passando a trabalhar

somente com suportes, utensílios e bombas. Atualmente a empresa possui dezenove funcionários com carteira assinada. A empresa contrata mais pessoas para trabalhar na fábrica quando a demanda exige, ou seja, conforme aumenta as encomendas, a empresa contrata mais pessoas para trabalhar por tempo determinado. O regime de trabalho é de 8 horas diárias.

No local existem outras fábricas que trabalham com couros para embelezar as cuias e garrafas térmicas, suporte de couros para colocar as cuias, suporte para carregar cuia, erva e a garrafa térmica e utensílios em couro para proteger a erva em dias de vento. Estas fábricas trabalham em regime de economia familiar.

Foto 21 – MES Suportes – Indústria de suportes galvanizados para cuias



Fonte: Trabalho de Campo, Setembro 2017.

Para Castel (2010), atualmente, a noção de governos e do mundo corporativo é treinar seu pessoal para a flexibilidade e para a polivalência, a fim de lhe permitir enfrentar toda a

gama de novas situações. Castel (2010) reforça que a empresa se responsabiliza pela adaptação do seu pessoal às mudanças tecnológicas, mas a custo da eliminação daqueles que não são capazes de chegar à altura dessas novas normas de excelência.

Para Martins (2009), a exclusão social deve ser entendida como um conjunto das dificuldades, modos e problemas de uma inclusão precária e de uma situação instável e marginal. A partir do que explica o autor, podemos dizer que o termo exclusão, aqui se refere a todos os grupos que são assistidos pelo poder público de forma insatisfatória, que suas políticas públicas são insuficientes para atender suas expectativas. Seguindo Martins (2009), a exclusão em tempos atrás não era percebida, pois a cada transformação das relações econômicas, o trabalhador levava pouco tempo para ser reincluído, de um novo modo, num outro plano de viver, de pensar a vida e de trabalhar. Nos tempos atuais esses ciclos de estruturação ou inclusão do trabalhador passaram a ter períodos maiores, como a procura de emprego pelo trabalhador e quando encontra este se apresenta forma precária.

Capítulo 3 – O MUNDO DO TRABALHO DO DISTRITO DO ARROIO DO SÓ

O mundo do trabalho no distrito também acompanhou o contexto mundial, com modernização do maquinário, informatização dos trabalhos, diminuição da mão de obra no campo e alterações nas relações trabalhistas, com maior flexibilidade nas contratações de trabalhadores para suprir necessidades empresariais conforme suas demandas.

Nas localidades de Vista Alegre e Colônia Borges desenvolvem-se a cultura da batata, tendo empregados de contrato por tempo determinado. Esta atividade impactou de forma forte e rápida nos moradores do distrito, pois como consequência de uma inspeção do Ministério do Trabalho, na lavoura, estes foram deixados de lado pelos plantadores oriundos de Silveira Martins e do bairro Camobi de Santa Maria, que são arrendatários, das terras que cultivam batatas.

Os plantadores tiveram que se enquadrar nas normas trabalhistas e com isso os trabalhadores que eram recolhidos estrada a fora por um caminhão para trabalhar na colheita, maioria da Vila Silva, passaram a não trabalhar mais nestas localidades. Estes moradores passavam o dia todo na lavoura e tinham que levar suas refeições para o trabalho, conforme levantamento de campo, muitos de forma bem precária. Após enquadramento das normas trabalhistas, estes moradores da comunidade perderam seus postos de trabalho para trabalhadores de fora do distrito, que recebem alimentação, água potável, banheiros químicos, assinam a carteira de trabalho por tempo determinado e logo são dispensados. O valor diário recebido é por produção e gira em torno de R\$ 80,00. Estes trabalhadores são oriundos de localidades da cidade de Santa Maria e também exercem estes tipos de atividades temporárias. Hoje é utilizada uma máquina que vira a terra e as pessoas vem logo atrás colhendo, sendo assim, até o tempo de colheita diminuiu paralelamente com a renda do trabalhador nesta atividade.

Segundo Castel (2010), o desemprego é apenas a manifestação mais visível de uma transformação profunda da conjuntura do emprego. A precarização do trabalho constitui outra característica, menos espetacular, porém ainda mais importante, o contrato por tempo indeterminado está em via de perder sua hegemonia.

A atividade do porongo é a atividade econômica que emprega um maior número de pessoas na localidade. Na sua cadeia produtiva as remunerações variam de R\$ 675,00 a R\$ 750,00, ao mês, para aqueles que trabalham num período só e sem o vínculo empregatício. Os trabalhadores de um turno só são mulheres e jovens adolescentes que limpam, brocam e fazem o polimento das cuias nas fábricas, e sem vínculo empregatício. As outras pessoas, por

opção, trabalham num turno só porque tem afazeres domésticos e algumas possuem vínculos empregatícios. Os empregados que trabalham o dia inteiro recebem uma remuneração que fica em torno de R\$ 1.200,00 a R\$ 1.350,00 por mês. Logo após a colheita, os porongos têm que serem selecionados, limpos por dentro com a retirada das sementes de dentro e cortados. As pessoas que trabalham nesta atividade trabalham por dia e não possuem vínculo empregatício, pois é um serviço que depende muito da produção diária e dependendo da produção ele termina em pouco tempo quando a safra não é boa e, dura mais tempo se a safra do ano for boa. Isso faz com que muitos optem por não assinar a carteira, pois este ciclo dura no máximo de 3 (três) meses no ano, sendo assim não vale a pena assinar a carteira de trabalho por 3 (três) meses todos os anos. Sendo assim todo ano e num período curto, sujeitam-se a demanda de trabalho, não se preocupando com a futura aposentadoria, logo sem o vínculo empregatício. A espera sempre é por uma oportunidade de assinar a carteira por tempo indeterminado.

Nas fábricas de economia familiar, os proprietários contribuem para o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) como contribuintes individuais.

Castel (2010) também reforça que a flexibilidade não se reduz à necessidade de se ajustar mecanicamente a uma tarefa pontual, mas exige que o operador esteja imediatamente disponível para as flutuações da demanda. Para o autor, a precarização do trabalho é um processo central comandado por novas exigências tecnológico-econômicas da evolução do capitalismo moderno.

A fábrica de suportes, segundo o responsável, tem todos seus empregados com carteira assinada. A responsável pelos empregados exerce também a posição de secretária, moradora do distrito, é a pessoa que realiza as solicitações de pedido e entrega dos pedidos. Exerce esta função, pois além de residir no distrito, conhece os trabalhadores da fábrica e sabe lidar com os empregados no dia-a-dia, digamos que consegue ter um melhor relacionamento com os funcionários da fábrica. No levantamento do trabalho de campo, com moradores, vários citaram que na fábrica de suportes acham o ambiente de trabalho muito escuro e sem ventilação. No verão, o calor se torna insuportável, pois o ambiente não possui ar condicionado e oferece pouca ventilação, além de ser desconfortável o uso de máscara que é equipamento obrigatório

Foto 22 - Instalações da fábrica, dependências internas



Fonte: Trabalho de Campo, Setembro 2017.

Foto 23 - Instalações da fábrica, máquina de metalização



Fonte: Trabalho de Campo, Setembro 2017.

Foto 24 - Bojos para bombas



Fonte: Trabalho de Campo, Setembro 2017.

Foto 25 - Suportes para cuias



Fonte: Trabalho de Campo, Setembro 2017.

Foto 26 - Hastes para Bombas de Cuias



Fonte: Trabalho de Campo, Setembro 2017.

Foto 27 - Bombas mais elaboradas



Fonte: Trabalho de Campo, Setembro 2017.

Foto 28 - Bombas simples



Fonte: Trabalho de Campo, Setembro 2017.

Para Castel (2010), a seguridade é a garantia dada a cada homem de que, em qualquer circunstância, poderá assegurar, em condições satisfatórias, sua subsistência e das pessoas sob sua responsabilidade, passando a situação de segurança jurídica. Os objetivos da seguridade social é a manutenção do pleno emprego e a prevenção do desemprego.

Na pequena propriedade rural encontramos uma situação um pouco diferente, tendo em vista que existem outras propriedades bem maiores e que trabalham em conjunto, ou seja, de forma cooperada, emprestando o maquinário um para o outro ou até mesmo um trabalhando para o outro. Mas também existem grandes proprietários que possuem empregados e um conjunto de maquinário próprio, ou seja, é auto suficiente.

Castel (2010) confirma que a redução da mão de obra ligada à agricultura deu lugar ao desenvolvimento do setor industrial mais produtivo.

A pequena propriedade analisada no trabalho de campo tem a peculiaridade de somente o casal trabalhar sozinho em seu próprio negócio. A contribuição social destes dois agricultores familiares é feita no momento de comercialização de seus produtos, conforme previsto no artigo 25 da Lei nº 8.212/91, a contribuição que vai para a Seguridade Social do segurado especial é de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) sobre a receita bruta de comercialização da produção e mais 0,1% (um décimo por cento) da receita bruta de comercialização da produção para financiamento das prestações por acidente do trabalho. Não se aposentam como segurado especial, a chamada aposentadoria especial²⁸. Sendo assim, a mulher se aposenta com 55 anos e o homem com 60 anos, podem se aposentar mesmo sem ter contribuído, desde que comprovem 15 anos na atividade rural. O dinheiro da produção da propriedade é reinvestido na própria propriedade e na aplicação de imóveis para alugar e vender. Conforme levantamento de campo o trabalho começa muito cedo e termina muitas vezes ao anoitecer, não existe feriado ou dia de descanso, pois a manutenção das atividades é diária e constante.

Os trabalhadores (homens) que trabalham na pecuária e atividades afins, recebem um salário rural que conforme a SMDR é de R\$ 1.110,00. Este trabalhador tem um horário de atividade que muitas vezes não tem um horário certo para começar ou terminar. As mulheres que trabalham como domésticas e sem carteira assinada recebem uma remuneração que varia de R\$50,00 a R\$ 70,00 por dia.

A EMATER desenvolve projetos para despertar o interesse dos jovens nas atividades do campo e com isso despertar o interesse para se fixar no campo, evitando o êxodo rural. A

²⁸ Disponível em: <https://www.inss.gov.br>, acesso em 01/06/2018.

EMATER oferece o programa pró-hortas, pró-fruta e o Bolsa Juventude Rural que é desenvolvido com alunos do 2º ano e 3º ano do Ensino Médio, no qual a EMATER fornece os materiais e técnicos para ajudar o aluno a desenvolver um projeto com atividade na propriedade rural do aluno. O aluno recebe um valor de R\$200,00 durante 10 meses do ano, desde que comprove frequência na Escola e desenvolva o projeto de forma satisfatória.

Para Castel (2010), melhorar a socialização dos jovens e ampliar a gama de suas qualificações profissionais representam as condições necessárias de um reequilíbrio para que possam estar no mesmo nível das oportunidades que serão abertas. Segundo o autor, faz-se importante enfatizar as potencialidades locais e a reconstituição de identidades sociais através do desenvolvimento de atividades autogeridas.

Observa-se que as relações de trabalho para uma grande maioria das pessoas não corresponde as suas expectativas, ou seja, com uma condição ideal de trabalho que todo o trabalhador tem direito conforme determina a lei. As atividades laborais que o Distrito desenvolve exige muita mão de obra, mas em pouco tempo e remuneração muito baixa pelo trabalho desenvolvido. Estas características laborais são determinantes nas relações de trabalho, que como consequência são frágeis e descontinuas. Para Druck e Borges (2002) as transferências de custos trabalhistas e responsabilidades passam a ser um grande objetivo das empresas. Como consequência tem-se a perda dos direitos dos trabalhadores por pouco que sejam os direitos de um contrato formalizado, além da perda financeira, há também uma perda moral, à medida que eles reconhecem, na condição terceirizado, perda de respeito, perda autoestima e muito sofrimento segundo (Druck e Borges, 2002).

Para Druck e Borges (2002) o resultado da ampla precarização dos vínculos empregatícios tem como consequência um menor número de ocupados que contribuem para o instituto de previdência, que em decorrência dessa contribuição tem assegurada a proteção social para si e para seus familiares. Com isso, conforme Druck e Borges (2002), os ocupados não contribuintes estarão inteiramente desprotegidos nos momentos em que se tornarem mais vulneráveis.

Podemos observar os postos de trabalho no Distrito e a comunidade em geral foi amplamente atingida pelo movimento neoliberal dos anos noventa e pela mecanização no campo, como consequência cresceu a informalidade acompanhada de uma elevação do desemprego, outra consequência foi à deterioração dos postos de trabalho restantes segundo (Druck e Borges, 2002).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo análise feita com os resultados do campo de pesquisa, auxiliado com as leituras, reportagens feitas no lugar e documentos consultados, podemos chegar a uma possível conclusão sobre o estado de exclusão do Distrito do Arroio do Só.

Segundo Martins (2009), a exclusão é um momento da percepção que cada um e todos podem ter daquilo que se traduz em privação de emprego, de meios de participar do mercado de consumo, privação de bem-estar, direitos, liberdade e esperança. A política econômica atual no Brasil que segue o modelo neoliberal implica de forma proposital a inclusão a inclusão precária, instável e marginal.

Atualmente podemos dizer que o Distrito sofreu uma transformação em comparação com o próprio distrito de décadas anteriores, tanto no campo social, econômico e político. O distrito que antes funcionava como um local de oportunidades, hospedagem e passagem, hoje funciona como um refúgio de famílias que procuram uma maneira de sobreviver e de morar, sem grandes expectativas de um bom trabalho, mas de vida tranquila, simples e barata de viver.

O número de habitantes estimado hoje gira em torno de 1000 habitantes. A maioria da população do distrito é situada no entorno da subprefeitura. Fora este espaço geográfico, a população se distribui de maneira intermitente, formando diversos vazios entre uma propriedade e outra. O entorno da estação férrea que era um ponto de referência para as moradias e estabelecimentos comerciais, hoje não tem a importância que tinha em anos anteriores. Conforme Martins (2011) a modernização capitalista tende ao esvaziamento do campo e é sempre seletiva, deixando de incorporar no circuito superior dos trabalhos formais grande parte dos trabalhadores que migram para o setor informal da economia. Hoje, esta estação encontra-se como um anexo de uma fábrica de cuias da localidade. Assim como a sede dos móveis tronco que funciona como um anexo da fábrica de suportes do distrito.

O levantamento de campo demonstrou na sua quase totalidade que a desativação das vias férreas pelo governo federal em 1997, foi o principal motivo pelo abandono que se encontra o distrito nos dias atuais. Segundo Martins (2011) os condutores da globalização necessitam de um Estado flexível a seus interesses, as privatizações são amostra de que o capital se torna guloso, sempre querendo mais. Para Martins (2011) a instalação desse capital globalizado supõe que o território se adapte a sua fluidez, investindo pesadamente para alterar o território das regiões escolhidas. Entre as consequências da desativação das vias férreas para o distrito é citado o êxodo rural, o fechamento de diversos estabelecimentos

comerciais, o transporte que era feito na sua quase totalidade por trens, hoje é efetuado, na íntegra por ônibus, que tem valores mais alto do que era a passagem de trem, precariedade no estado de conservação das estradas, fazem esta viagem desgastante e cara, além de ser proporcionada com horários reduzidos nos finais de semana para os moradores. Vários postos de trabalho foram fechados, diminuindo assim a oportunidade de emprego no local.

O nível de mecanização do campo também foi um dos motivos que reduziu as oportunidades de trabalho no distrito. A modernização tecnológica limitou a demanda de mão de obra apenas em momentos específicos do processo de trabalho agrícola como a colheita, separação e deslocamento da produção são usados à mão de obra segundo Martins (2009). Para Martins (2009), as dificuldades de realocação da mão de obra excedente dão sinais de agravamento, gerando proliferação de uma massa de trabalhadores sazonais e transumantes submetidos a intensos processos de desmoralização e exclusão social. Atualmente, apesar dos conflitos indicados, o modo de vida simples, o baixo custo de vida, mesmo com a oferta de empregos com baixa remuneração torna o local atrativo.

A oportunidade de vaga para trabalhar no distrito é um atrativo que traz novas famílias para o local, mesmo que a oferta de trabalho seja de baixa remuneração e de tempo determinado. Na maioria das vezes esta vaga de emprego é temporária, tem a perspectiva de se tornar um contrato de trabalho por tempo indeterminado, ou novas ofertas de empregos temporários.

A pecuária que antes era a atividade mais lucrativa, cedeu espaço para o arroz, soja e a cultura do porongo, mas emprega pessoas, com carteira assinada, além de proporcionar moradia, água e luz para a família do empregado. Conforme levantamento de campo, a renda de um trabalhador desta atividade é um salário de R\$ 1.110,00 mensais. A soja e o arroz, nessa ordem, ocupam as maiores produções em grãos no distrito, empregam poucas pessoas e por tempo determinado, pois o alto nível de mecanização das lavouras reduziu muito o número de pessoas que trabalham nestas culturas. Podemos dizer que trabalham em regime familiar ou em forma de cooperação entre os produtores, com empréstimos de máquinas e mão de obra

A cultura do porongo emprega pessoas a muitas pessoas por tempo indeterminado e também por tempo determinado. Também existem muitas pessoas que tem emprego sem carteira assinada, trabalham por produção, desempenha atividades básicas de seleção, limpeza, brocamento e polimento do porongo. Jovens trabalham nestas atividades pela perspectiva de ter seu próprio dinheiro e também ajudar no sustento da família. Aqueles trabalhadores que têm carteira assinada recebem um valor que gira em torno de R\$ 1.250,00

a R\$1.350,00, podemos dizer que para os padrões de vida da localidade é um valor considerável e atraente.

O trabalho de campo mostrou que a oferta de mão de obra sem carteira assinada é uma forma que atende o empregador de forma satisfatória, pois esta mão de obra é barata e está sempre disponível. Para as pessoas que exercem estas atividades temporárias é a única forma de ser remunerada e uma chance de mostrar seu trabalho, para quem sabe futuramente ser contratada em definitiva.

O arrendamento de terra para a cultura do porongo também é uma forma de famílias ganharem um dinheiro a mais, mas tem que arcar com a mão de obra e todo o risco de prejuízos que a atividade oferece. A pequena propriedade rural estudada mostrou uma realidade do local, a mão de obra é familiar, neste caso, o marido e mulher, mas outro ponto comum foi à diversificação da produção na propriedade rural. A propriedade produz arroz, soja, milho, exerce a pecuária fornecendo carne e leite para consumo próprio e para venda, arrendamento de terra, pequena plantação de árvores para futura comercialização e a piscicultura. O outro exemplo de diversificação foi a fábrica de porongos que diversificou nos suportes e bombas para a cultura do chimarrão. Estes dois estabelecimentos diversificaram e conseguiram enfrentar o prejuízo que outras atividades possam dar, pois as atividades agrícolas estão sujeitas ao intemperismo do clima, ou seja é uma atividade de risco econômico.

Uma das maiores reivindicações dos moradores ao poder público são as estradas de acesso ao local que são classificadas pelos moradores como de péssimo estado de conservação, sugerem parcerias do atual governo com moradores e outras instituições públicas para trabalhar de forma conjunta para solucionar os problemas.

Podemos dizer que várias foram as causas que enfraqueceram as relações, econômicas, políticas, comerciais, trabalhistas e de interações sociais dos moradores do Distrito do Arroio do Só. No levantamento de campo e histórico percebemos que faltou uma mobilização local das lideranças junto ao poder público para que o estabelecimento comercial permanecesse no local, começava aí os primeiros sinais da disputa entre territórios pelo capital que é utilizado para fortalecer a economia local. Este foi o primeiro sinal de que novos tempos estavam chegando para todos. Numa sociedade capitalista, para o desenvolvimento do território este necessitava de capital que tanto pode ser estatal como empresarial, para desenvolver-se economicamente e até mesmo para se mostrar para além das suas fronteiras, preparados para a competitividade.

A década de noventa iniciou com uma intensa globalização dos mercados econômicos mundiais e um grande fluxo de capitais pelo mundo. A crise do setor calçadista no início da década de noventa impactou de forma intensa no Distrito, fechou estabelecimentos comerciais calçadistas e, conseqüentemente fechou vários postos de trabalho, agravando a situação dos trabalhadores que ficaram nas incertezas quanto ao seu futuro. Aqui podemos dizer que o governo brasileiro deixou de apoiar todo este setor, pois não tomou nenhuma posição diante dos fatos que enfraqueceram a economia do Distrito e do Rio Grande do Sul que contribuía fortemente com a indústria de couros e calçados do país. A disputa de territórios e/ou regiões pelas indústrias de calçado foi intensa, resultando na perda da região sul para a região do nordeste que ofereceu isenções, compensações tributárias, mão de obra barata e ainda teve que enfrentar a concorrência desleal do calçado chinês que tinha os seus preços altamente competitivos, para não dizer baratos.

Posteriormente, a globalização de capitais e o movimento neoliberal se fortaleceram no mundo e mais uma vez impactou na localidade, agora retirando desse território as vias férreas do uso da população. A passagem do controle da malha ferroviária deixou a comunidade como um todo órfão de um ponto de encontro, a comunicação do campo e a cidade ficou mais lenta, as interações das pessoas na estação deixou de existir, comerciantes perderam o seu elo rápido e barato de ligação para abastecimento de mercadorias. O fechamento de estabelecimentos e as demissões de trabalhadores também cresceram, aumentando assim o desemprego e a precariedade das relações de trabalho, aumentando também a exclusão em relação aos direitos do trabalho e também ao gasto social com serviços públicos oferecidos pelo poder público e serviços em geral, tendo em vista que serviços de cartório, policiamento, serviços bancários, serviços de hotelaria e serviços de restaurantes foram aos poucos se retirando do Distrito por falta de pessoas para consumo dessas atividades oferecidas para a população. Conforme conversas de moradores da comunidade, o poder público esqueceu que existe o Distrito do Arroio do Só.

O que sobrou na localidade foram postos de trabalhos em atividades sazonais e de curta duração, nos quais o trabalhador não tem o seu contrato de trabalho formal por tempo indeterminado e seguro para si concretizado. O território aqui tem uma grande influência sobre seus moradores, limitando as atividades trabalhistas e ao mesmo tempo dando uma condição de subsistência para o trabalhador e sua família, que ao longo do tempo vai mantendo a sua sobrevivência. As atividades temporárias dos trabalhadores acabam sendo um meio de subsistência mesmo que essas relações sejam precárias e incertas. O contrato de trabalho por tempo indeterminado é um sonho para muitos, e pouco para outros trabalhadores

com o vínculo formal concretizado. Alguns poucos trabalhadores aventuram-se de forma solitária no mercado de trabalho local, assumindo o risco total que toda atividade agrícola tem, estas atividades são desenvolvidas nas atividades com os porongos. O arrendamento de terra, compra de sementes e o trabalho na terra é feito de forma solidária nas famílias, onde trabalham de forma familiar todos os integrantes para aumentar seus ganhos, com isso melhorar a sua situação econômica e social.

A exclusão aqui mencionada é de uma prestação de serviços públicos básicos, descontínuos e precários. Um exemplo é o serviço de saúde que é básico porque é oferecido na prefeitura de atendimento preventivo, atendimento para casos de saúde que exijam rápidos atendimentos, os exames e atendimentos complexos a população não tem. Descontínuos porque são no máximo duas vezes por semana e de quinze em quinze dias, não existe um serviço de plantão para casos urgentes, finais de semanas ou feriados. A descontinuidade aqui também esta presente na manutenção das estradas pelo poder público, onde são feitas raras vezes, deixando a estrada em péssimo estado de conservação. As estradas que acabem sendo uma barreira para a chegada da mercadoria no local. Muitos fornecedores se negam a entregar a mercadoria no Distrito, sendo assim os donos de estabelecimentos comerciais esperam a mercadoria na BR 287, ou se submetem a pagar um frete bem mais caro. Outra solução encontrada pelos comerciantes é o deslocamento para cidade para comprar a mercadoria e ele próprio realiza o transporte para a localidade. A precariedade está presente na estrada que dá acesso ao local que em dias de chuva fica parcialmente coberta de água e a consequente formação de buracos na estrada também dificulta a dirigibilidade do motorista de transporte que tem a situação agravada pelo barro e lama na estrada, ao serviço de internet que é oferecido por somente uma empresa no local, o serviço de telefonia também é feito por uma só operadora e dependendo do local também não funciona.

A segurança do local é feita de modo intermitente através de patrulhas e às vezes quando for solicitado por moradores do local que se sentem ameaçados com movimentos estranhos no local. Posto policial que tinha no Distrito foi desativado, pois as ocorrências eram raras e porque esta guarnição seria mais útil na cidade por abranger mais pessoas.

O Distrito de Arroio do Só necessita para sua reestruturação econômica, social e política, que só vai acontecer com o trabalho conjunto de representantes locais como comerciantes e outros representantes de órgãos públicos estabelecidos no local, em conjunto com o poder público. Através de políticas públicas bem desenvolvidas para esta localidade, para que isso aconteça considera-se que o trabalho precisaria ser conjunto entre esses gestores, levando em conta potencial produtivo do local, com incentivos fiscais e projetos

com parcerias público privado, onde ambas as partes sejam beneficiadas, revitalizando assim o local em suas atividades econômicas e sociais.

BIBLIOGRAFIA


- ANTUNES, Ricardo. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011. 176 p.p.
- CARDOSO, Adalberto Moreira. **A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- CARVALHO, Amanda de. **Transformações sócio-espaciais e desenvolvimento rural no 5º Distrito de Santa Maria/RS, Arroio do Só**. Trabalho de graduação de Licenciatura em Geografia. UFSM, Santa Maria, RS, Brasil. 2010.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- COSTA, Rogério Haesbaert. **O mito da desterritorialização: do ‘fim dos território’ à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- DRUCK, Graça; BORGES, Ângela. Terceirização: Balanço de uma década. **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, p. 111-139, jul/dez. 2002.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. Artigo publicado em 2005. 57p. <http://Bibspi.Planejamento.gov.br>
- HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- HEIDRICH, Álvaro Luiz [et al.]. **A emergência da multiterritorialidade e ressignificação da relação do humano com o espaço**. 1ª ed. Canoas: Ed. ULBRA; Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2008. 312p.
- IANNI, Octavio. **A Sociedade global**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2005.
- MACHADO DA SILVA, Luis Antonio. **A (des)organização do trabalho no Brasil urbano**. Revista São Paulo em perspectiva. Mercado de trabalho e distribuição de renda. v.04/ nº.3-4/ Jul-Dez 1990.
- MARTINS, Heloísa Helena T. de Souza. O ensino de métodos e técnicas de pesquisa nos cursos de Ciências Sociais. **Cronos**, Natal-RN, V.8, n.2, jul./dez. 2007.
- MARTINS, José de Souza. Fronteira: **A degradação de outro nos confins do humano**. São Paulo, 1997.
- MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. 4. ed. São Paulo, 2009.
- MINAYO, Maria. **Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social**. In Minayo, Maria Cecília de Souza Minayo. (Org.) **Pesquisa social. Teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro – São Paulo, Abrasco-Hucitec, 1994.
- RAMALHO, José Ricardo; OLIVEIRA, Roberto Vêras de. **A atualidade do debate sobre trabalho e desenvolvimento**. Dossiê. Caderno CRH, Salvador, v. 26, n. 68, p. 211-215, maio/agosto. 2013.

RICHTER, Eneida Izabel Schirmer. **História Social de Arroio do Sol**. Santa Maria: UFSM, 1997.

ROSSO, Sadi. **Intensidade do trabalho**. In ROSSO, Sadi. Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro, Record, 2011.

ANEXOS

	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH) Departamento de Ciências Sociais (DCS)
---	---

A. Questionário pessoal

1) Qual o seu nome e sobrenome?

2) Endereço, telefone e email?

3) Data de nascimento?

4) Estado civil?

5) Localização e área total do domicílio ou propriedade?

—

6) Número, idade das pessoas residentes e escolaridade (e profissão)?

7) Faixa de renda em salários: () 1 a 3; () 3 a 5; () mais de 5

8) Profissão ou atividade profissional que desempenha para o sustento da família, número de funcionários, média de idade, escolaridade e salarial (dos funcionários)?

9) Número de familiares envolvidos na produção ou sustento da família?

10) Sempre residiu no distrito? Qual o motivo da vinda para o distrito?


11) Há quantos anos e qual local de origem?

12) Seus antepassados onde residiam? Sabe o motivo da vinda ou permanência destes no distrito?

13) Sua família, pais e filhos residem no distrito? Qual o motivo da mudança de residência?

14) Tens conhecimento de pessoas que se mudaram do distrito? E qual(is) foi(ram) o(s) motivo(s)?

15) Conhece pessoas que vieram residir no distrito? Qual o motivo?

	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH) Departamento de Ciências Sociais (DCS)
---	---

Entrevista estruturada

1) Gosta do lugar onde vive?

2) Gostaria de viver em outro lugar? E por quê?

3) O que sabe sobre a história de formação e ocupação do distrito?

4) No seu ponto de vista o que causou o contínuo despovoamento do distrito?

5) A desativação das vias férreas por parte do governo federal impactou no distrito?
Explique.

6) Como era o uso da estação férrea pelos moradores do distrito? Quais as relações que existia em torno da estação férrea?

7) O que mais gosta no distrito? E o que menos gosta? O que poderia melhorar?

8) Quais festas típicas costumam ter no distrito? E na opinião qual a importância delas para a localidade?

9) Participa de alguma associação ou outra instituição coletiva? Quais?

10) O que significa desenvolvimento na tua opinião? E o que poderia ser feito para o distrito desenvolver-se?

11) No teu ponto de vista como tu vê, a nomeação por parte da atual prefeitura, de um subprefeito para administrar mais de um distrito? Explique a resposta.

12) Como se dá a relação empregado e empregador (no distrito)? E quais as condições de trabalho? Descreva.

13) Conhece seus direitos e deveres como empregado? Qual a importância em saber?

14) Descrição o seu cotidiano de trabalho: jornada, local de trabalho, relação com as chefias, etc.

15) Participação em alguma entidade sindical ou associação. Quais?

16) Comente sobre a infraestrutura do distrito (casa, energia elétrica, estradas, saneamento, água, lixo).

17) Quais foram às benfeitorias realizadas desde que possui o estabelecimento e/ou propriedade?

18) Existe na propriedade parcela de terras arrendadas? Quantos hectares?

19) Já pensou em vender a propriedade e/ou estabelecimento? Para quem? E por quê?

20) Qual o rendimento médio anual da produção ou salarial?

21) O que é produzido na propriedade? Qual o produto de maior destaque na produção?

22) O que é produzido para o autoconsumo familiar?

23) Existe no estabelecimento (propriedade) alguma atividade alternativa a produção agrícola? Qual?

24) Como é realizada a comercialização da produção?

25) Utiliza créditos/ financiamento?

26) Existe assistência técnica para a produção? Quem presta o serviço?

27) Tu e tua (família?) costumam ir a cidade frequentemente? Qual a frequência?

28) Conheceu ou teve conhecimento do transporte de passageiros que o trem fazia? Utilizaria caso fosse oferecido pelo poder público? Cite algumas vantagens para você no deslocamento para as cidades.

29) A maioria dos alimentos são adquiridos na cidade, no local ou são produzidos na propriedade?

30) Os produtos e alimentos que não são produzidos na propriedade são adquiridos onde?

31) Alguém da família trabalha ou estuda na cidade?

32) Considera fácil o acesso à cidade (utiliza carro ou ônibus)? O trem facilitaria este deslocamento? E por quê?

33) De acordo com seu ponto de vista quais os benefícios de residir no distrito?

34) Qual serviço ou infraestrutura que existe na cidade e não existe no distrito?

35) No seu ponto de vista a cidade depende do campo ou vice-versa? Por quê?

36) Quais os principais problemas enfrentados na propriedade e/ou estabelecimento?

37) Em relação aos problemas como pretende resolvê-los?

38) Existe algum projeto futuro para a propriedade e/ou estabelecimento?

39) Participam de algum projeto ou programa desenvolvido pela universidade, prefeitura, governo estadual ou federal?

40) Quais os principais problemas enfrentados no distrito?

41) Quais as potencialidades que o distrito possui?

42) Comente sobre o acesso a serviços básicos como saúde, educação e lazer.

43) No teu entendimento quais os motivos que levaram os vários estabelecimentos comerciais a fecharem suas portas(fábrica de calçados, usina de luz, armazéns, fábrica de móveis, etc).
